



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V- MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**GRAZIELLE UCHÔA PINHEIRO DA CUNHA**

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRIMAVERA ÁRABE**

JOÃO PESSOA – PB

2016

**GRAZIELLE UCHÔA PINHEIRO DA CUNHA**

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PRIMAVERA ÁRABE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira

JOÃO PESSOA – PB  
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C972p Cunha, Grazielle Uchôa Pinheiro da  
O protagonismo das mulheres na Primavera Árabe  
[manuscrito] / Grazielle Uchoa Pinheiro da Cunha. - 2016.  
59 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Sílvia Garcia Nogueira, Departamento de Relações Internacionais".

1. Primavera Árabe. 2. Mulheres. 3. Redes sociais. I. Título.  
21. ed. CDD 956

# GRAZIELLE UCHOA PINHEIRO DA CUNHA

## O protagonismo das mulheres na primavera árabe

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado (a) em 23/maio/2016.



---

Professora Dr.<sup>a</sup> Silvia Garcia Nogueira  
Presidenta da Banca



---

Professora Dr.<sup>a</sup> Gullara Dias Viera  
Examinadora



---

Professora Ms. Xaman Minillo Korat (UFPB)  
Examinador

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça imerecida.

Aos meus pais, Edmilson e Giselle Cunha, por todo amor e suporte. Em especial, à minha mãe, por nunca subestimar meus sonhos e por tentar (ao menos tentar) me tranquilizar nos momentos em que eu me cobrei mais que todos os demais.

À minha irmã, Gabrielle Cunha, pela cumplicidade, cuidado e pelo amor pleno que compartilhamos; e ao meu irmão, Gabriel Cunha, por ter sido sempre prestativo e por me socorrer nos momentos de dificuldade.

À professora Silvia Nogueira, por ser uma referência para mim na Academia desde o primeiro semestre da graduação e por todos os ensinamentos ofertados pacientemente.

Às professoras que integram a banca examinadora, Ana Paula Maielo e Xaman Korai, pela disponibilidade e contribuições essenciais a esta monografia.

Aos professores da graduação de Relações Internacionais, em especial, Heleno e Otávio Correia, que me prepararam para olhar o mundo “fora da caixinha”.

A todos os funcionários da UEPB, especialmente a Kaline Barbosa, que secretariou a coordenação do curso de Relações Internacionais, pela sensibilidade, carinho e pelo atendimento sempre prestativo às minhas demandas.

A Roberto, por ter escutado todos os meus lamentos (e rido deles) enquanto tirava as minhas Xerox e me empobrecia.

A todos os amigos que tive a satisfação de conhecer ao longo do curso, especialmente aos queridos François Pietro, Janayna Marrocos, Rafael Cassavia, Mariana Davi, Felipe Torres, Maria Eduarda Andrade, Emilayne Souto, Caren Cordeiro, Daniela Luna, Priscilla Lacerda e Maria Alice.

Ao Sr. Francisco, pelas coxinhas geladas que tanto saciaram a minha fome antes das aulas.

Ao professor de Geografia do Colégio GEO, Marco Llarena, que ao extrapolar o conteúdo programático “normal” da disciplina, cultivou em mim, mesmo sem saber, uma nova visão de mundo e um interesse genuíno pelas relações internacionais.

Às minhas amigas do curso de Jornalismo, em especial, Juliana Freire, Umberlândia Cabral e Isa Monguillot, por escutarem minhas lamúrias diariamente e me darem todo apoio para seguir em frente na dupla jornada acadêmica.

Às minhas amigas Lorena Meireles, Vanessa Formiga, Thaís Cortês e Tamara Aureliano, por compartilharem minhas alegrias e tristezas e me ensinarem o valor da amizade verdadeira. Em especial, agradeço a Tamara, por ter escolhido o curso de RI só para que o caminho de todas nós se interligasse.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às mulheres árabes, por sua bravura e resistência, e às mulheres da minha vida, por todo o amor.*

## **RESUMO**

Denominada Primavera Árabe, a onda revolucionária que sacudiu o Oriente Médio e Norte da África surpreendeu a todos não apenas por sua rápida disseminação e força, mas especialmente pela forma como esta se desenrolou. Na maior parte dos países em que ocorreu, foram as mulheres que organizaram e/ou lideraram os movimentos contestatórios e, ao invés de armas de fogo, foram as redes sociais uma das suas principais armas de combate. Seu protagonismo foi alvo de contragolpes, especialmente das forças Estatais que elas tentavam derrotar, mas a luta por melhores condições de vida e ampliação de direitos foi pujante. Logo, este trabalho monográfico tem por objetivo analisar a participação das mulheres na Primavera Árabe, suas possíveis causas e consequências, à luz das teorias feministas das Relações Internacionais, arcabouço teórico ainda pouco explorado para explicar os processos internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primavera árabe. Mulheres. Redes Sociais. Feminismo. Gênero.

## **ABSTRACT**

Named Arab Spring, the revolutionary wave that shook the Middle East and North Africa surprised everyone, not only for its rapid dissemination and strength, but especially for the way it has unfolded. In most of the countries where it took place, women were the ones who organized and/or led the contestatory movements and, instead of fire arms, social media was one of the main combat weapons. Their protagonism became target of counter attacks by the State forces that they were trying to defeat, but the struggle for better living conditions and rights expansion thrived. Therefore, this monographic study aims to analyze the participation of women in the Arab Spring, its possible causes and consequences, in the light of Female Theories of International Relations, a theoretical framework still little explored to explain international processes.

**KEY WORDS:** Arab Spring. Women. Social Media. Feminism. Gender.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - "Qual foi a sua principal utilização dos meios de comunicação social durante os levantes/revoluções/movimentos civis no seu país?" (divisão regional por gênero) ..... 37
- Figura 2** - "Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações a respeito das mulheres e mídia social? " (Divisão regional por gênero) ..... 38

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1</b>	<b>A MULHER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	14
1.1	PENSANDO O GÊNERO: O SILÊNCIO QUEBRADO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	14
1.2	CULTURA E SUJEITO.....	17
1.3	A MULHER E OS FEMINISMOS NO ORIENTE MÉDIO.....	19
<b>2</b>	<b>A PRIMAVERA ÁRABE</b> .....	26
2.1	ATIVISMO ONLINE .....	32
2.2	AS MULHERES E AS REDES .....	35
<b>3</b>	<b>AS MULHERES NA PRIMAVERA ÁRABE: GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS, ESPAÇO E PODER</b> .....	41
3.1	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CONTRA O GOLPE MASCULINO.....	44
3.2	PERSPECTIVAS PÓS PRIMAVERA ÁRABE PARA AS MULHERES.....	47
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51

*Eu desejo a todos, a cada um de vocês que tenham seu motivo de indignação. Isto é precioso. Quando alguma coisa nos indigna, como fiquei indignado com o Nazismo, nos transformamos em militantes; fortes e engajados, no unimos à corrente da história, e a grande corrente da história prossegue graças a cada um de nós.”*

(Stéphane Hessel)



## INTRODUÇÃO

Em 2010, teve início na Tunísia uma série de manifestações contra o governo, que acabaram por depor o presidente do país. O que parecia um caso isolado no Oriente Médio, no entanto, revelou-se uma onda de protestos e revoluções que mexeu com a estrutura de diversos países da região e do Norte da África.

A chamada Primavera Árabe ensejou uma série de discussões sobre possíveis resultantes daqueles protestos contra regimes autoritários, ao passo em que a mobilização dos indivíduos em busca da efetivação dos seus direitos e da melhoria das condições de vida tomou grande proporção. Como Castells (2013) comentou, a corrupção e os desmandos políticos foram escancarados, os governos foram denunciados, a mídia se tornou suspeita.

Nas últimas décadas, a relação entre regimes políticos e a identidade árabe-islâmica tem sido alvo de intensos debates. No cerne deles, está a questão da mulher, na medida em que o seu lugar na sociedade e na família tem sido o foco principal das vastas mudanças que transpiram no mundo muçulmano e sociedades árabes (MONSHIPOURI, 2004).

Isso porque, como o feminismo cresceu no mundo árabe juntamente com a consciência nacionalista, em oposição ao imperialismo ocidental, ele é encarado como um “imigrante ilegal”, produto importado do Ocidente para o Oriente e, portanto, irrelevante para seu povo, cultura e religião (além de ser uma distração para o que seria a real luta do povo: os movimentos de libertação nacional). Este é o argumento daqueles que se opõem à emancipação da mulher no mundo árabe (GOLLEY, 2004). Desta forma, é como se a posição de submissão e invisibilidade da mulher representasse o respeito à sua cultura e religião, colocando-as como os símbolos nacionais desses países.

A crescente contestação a esse tipo de representação feminina coincide com as inesperadas transformações que o mundo árabe vive. Nenhum analista, tão pouco algum dos governos que acabaram depostos ou abalados de alguma forma, conseguiria prever o desenrolar dos movimentos que desembocaram na Primavera Árabe.

Além das reivindicações por uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas, os levantes foram marcados por dois aspectos importantes: o uso das redes sociais como um espaço autônomo de mobilização e a participação ativa e altiva das

mulheres na organização e fortalecimento dos protestos. O primeiro recebeu ampla atenção, especialmente da mídia ocidental, que chegou a denominar os movimentos de “Revolução Facebook”. O segundo aspecto, entretanto, foi pouco evidenciado e, quando foi, ficou relegado a abordagens pouco aprofundadas ou a setores específicos de produção acadêmica.

Neste sentido, se a Primavera Árabe por si só já sublinha um momento de inflexão histórica na sociedade árabe e internacional - no qual os indivíduos, conectados em rede, confrontam o Estado e se organizam para assegurar a efetivação dos seus direitos -, também se configura de extrema relevância analisar a forma como as mulheres, historicamente excluídas destes processos e das políticas socioeconômicas, se inseriram para fazerem-se agentes ativas de transformação social.

É por esta razão que o presente trabalho monográfico se propõe a abordar o ainda obscurecido protagonismo das mulheres na Primavera Árabe, buscando compreender o contexto em que esta mobilização ocorreu, como se desenrolou e quais suas possíveis resultantes para a vida das mulheres e a própria estrutura sócio-política na região. Para tanto, nos utilizamos das teorias feministas das Relações Internacionais, recorrendo à produção de autoras como J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, de modo que seja possível analisar o nosso objeto de estudo através do exame das identidades, relações de poder e hierarquias de gênero, dando atenção, dessa forma, a fenômenos não abordados ou não explicados adequadamente pelas teorias *mainstream* das Relações Internacionais.

Ademais, utilizamos dos pressupostos das teorias feministas pós-coloniais e abordamos os feminismos no/do Oriente Médio, de modo a sublinhar a relevância de evitar a reprodução de estereótipos e de uma suposta “universalidade”, que revela o “imperialismo discursivo”, mencionado por autoras como Deepika Bahri e Chandra Mohanty. Por esta razão, também foi uma preocupação, durante a pesquisa, a utilização de fontes e análises cujas vozes falassem a partir de um discurso não-ocidental e, quando possível, inseridas de fato no contexto daqueles países.

A metodologia de pesquisa desse trabalho se deu inicialmente através de levantamento bibliográfico e, ao longo de três meses, extensa pesquisa na internet acerca da participação das mulheres no decorrer da Primavera Árabe. Foram utilizados portais de notícias, especialmente aqueles de viés analítico, como *The Guardian* e Carta Capital, e de notícias locais, como o *Al Jazeera*; blogs e artigos em revistas especializadas em estudos feministas, como Fazendo Gênero e *Feminist Studies*, .

Tendo a leitura dos teóricos da área e as hipóteses levantadas a partir dessas pesquisas, foi possível o estudo do objeto do trabalho, dividido em três capítulos que buscam apresentar a pesquisa elaborada.

A primeira parte do trabalho ensejará uma discussão sobre o arcabouço teórico utilizado para a análise do objeto, composto pelas teorias feministas das Relações Internacionais. Nesta primeira etapa, situaremos essas teorias no campo das RI, por muito tempo relegadas à marginalidade, e abordaremos as teorias feministas pós-coloniais, bem como os feminismos no/do Oriente Médio, com o intuito de analisar o sujeito mulher no estudo das Relações Internacionais e a sua inserção nas sociedades árabes.

O segundo capítulo, por sua vez, introduz o tema Primavera Árabe, através de uma explanação elaborada sobre como se deram os processos contestatórios no período das manifestações e quais as motivações levantadas para esses protestos, bem como a forma como os manifestantes se utilizaram das redes sociais para empreender o ativismo *online*, o qual também foi protagonizado pelas mulheres. Encerramos o capítulo assim, introduzindo de que forma e por que o papel feminino foi central no desenvolvimento dos levantes populares que varreram o Oriente Médio e Norte da África.

Em um terceiro momento, aprofundaremos o olhar sobre as mulheres na Primavera Árabe, situando seu protagonismo no tocante às discussões em torno das questões de gênero nos países árabes, na luta pela emancipação e participação política, ocupação do espaço público, etc.; analisando ainda as diferentes perspectivas que se apresentam para o futuro Pós-Primavera Árabe.

Por fim, apresentaremos as considerações finais sobre a pesquisa, demonstrando como os resultados deste trabalho contribuem para os estudos no campo das Relações Internacionais e como as “lentes do gênero” não podem ser silenciadas nas análises dos processos internacionais; ressaltando ainda a importância de as mulheres árabes descobrirem, a partir das suas próprias experiências, as formas pelas quais devem lutar por sua emancipação.

## **CAPÍTULO 1. A MULHER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O primeiro capítulo deste trabalho monográfico tem por objetivo situar as discussões em torno das questões de gênero, em especial sobre o papel da mulher, nas Relações Internacionais. Neste sentido, levanta-se de que modo o Gênero passou a ser utilizado como categoria de análise na disciplina e quais contribuições passaram a fornecer para os estudiosos de RI. São abordados ainda os feminismos do/no Oriente Médio, com o objetivo de aproximar este estudo da realidade própria da região e as reflexões a seu respeito.

### **1.1. Pensando o Gênero: O silêncio quebrado das RI**

A aproximação entre os estudos de gênero e as Relações Internacionais se deu no contexto do chamado “terceiro debate”, sublinhado pelo trabalho de teóricos que se debruçaram sobre a construção social da política mundial. Autores como Alexander Wendt, Nicholas Onuf e Friederich Kratochwill foram os principais nomes dessa “virada construtivista” ao criticarem, principalmente, “o entendimento de correntes liberais e realistas do sistema internacional como um sistema que pode ser explicado a-histórica e a-socialmente, definido pela competição por recursos materiais e pela racionalidade dos decisores estatais” (MONTE, 2013, p.61).

Embora alguns teóricos acreditem que construtivistas como Wendt, Onuf e Kratochwill situam-se em uma “área cinzenta” que divide o positivismo e o pós-positivismo, Monte (2013) afirma que as teorias feministas acabam inevitavelmente do lado pós-positivista do debate por priorizarem, da mesma forma que construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, as relações entre poder e conhecimento e a importância da linguagem, regras e identidades para as relações internacionais.

Deste modo, as perspectivas feministas buscam esclarecer como o “projeto da modernidade” levou ao estabelecimento de relações de dominação baseadas em hierarquias de gênero, classe, raça e etnicidade, criticando suas noções estáticas de razão, civilização, humanidade e progresso (ARREAZA & TICKNER, 2002). Estas, segundo Harding (2000), se baseiam em uma visão androcêntrica do mundo, que subvaloriza a mulher, a natureza e o “incivilizado”, e dá espaço à criação de dicotomias

excludentes, como Eu/Outro, Público/Privado, Racional/Irracional, Objetivo/Subjetivo. Nesse sentido,

As relações desiguais entre homem e mulher se perpetuam mediante a associação do feminino com aquelas características “inferiores” (o outro, o privado, o irracional, o subjetivo), assim como a identificação do conhecimento masculino hegemônico com o conhecimento universal geral. A partir daí se entende o gênero como uma forma de desigualdade socialmente construída entre homens e mulheres, que cria identidades subjetivas através das quais o mundo é interpretado (SCOTT, 1988, *apud* ARREAZA e TICKNER, 2002, tradução nossa).<sup>1</sup>

Nos últimos 25 anos, as questões de gênero, em especial aquelas relacionadas à figura da mulher, têm ganhado espaço no campo de estudos das ciências sociais. No âmbito das Relações Internacionais, entretanto, esta categoria de análise demorou a ser incorporada. Para Hallyday (2007), é como se as questões levantadas pelo feminismo tivessem caráter estritamente intranacional e, portanto, fossem simplesmente consideradas irrelevantes para a dimensão internacional. Assim, a área de RI, por muito tempo, foi vista como um espaço de gênero neutro, isto é, onde os processos internacionais não têm nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de homens e mulheres.

Enloe (2004, p.23) convida os estudantes e analistas das políticas internacionais a fazerem análises mais “curiosas” e mais aprofundadas sobre a área, na medida em que há muito mais poderes e formas de poder em operação nas relações internacionais do que normalmente se assume. E estas formas de poder emanam justamente das “vozes silenciadas”, que se encontram às margens da sociedade e dos estudos tradicionais das RI.

O estudo sobre a mulher nas relações internacionais foi alavancado, *a priori*, pela reprodução de práticas deploráveis contra as mulheres em situações de guerra e conflitos armados. Ao serem publicizados vários casos de violação dos direitos humanos, tais como estupros, em guerras da década de 90, como a da Bósnia, os estudiosos de RI não puderam negligenciar o sujeito mulher no contexto de análise das

---

<sup>1</sup> Texto original: Las relaciones sociales desiguales entre hombre y mujer se perpetúan mediante La asociación de lo femenino con aquellos rasgos “inferiores” (el otro, lo privado, lo irracional, lo subjetivo), así como La identificación del conocimiento masculino hegemónico con el conocimiento universal en general. A partir de ahí se entiende el género como una forma de desigualdad socialmente construida entre hombres y mujeres , la creación de identidades subjetivas a través del cual se interpreta el mundo

relações internacionais, de modo que “as mulheres se tornaram alvo de limpeza étnica não por serem de um grupo étnico ou tribal diferente, mas sim por serem o que são, mulheres” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p.).

Os estudos feministas das Relações Internacionais também chamaram a atenção para a invisibilidade da mulher e a subordinação de gênero na política internacional e economia global. Eles questionam, por exemplo, por que no mundo apenas 10% dos chefes de Estado são mulheres, e como isso afeta a estrutura e as práticas da política global. Mais recentemente, uma segunda geração de estudiosos feministas têm se debruçado sobre assuntos até então pouco estudados, como a prostituição onde estão instaladas bases militares e o trabalho doméstico, em sua maioria realizados por mulheres. Através desses estudos, feministas desejam demonstrar quão importante é o papel das mulheres para a política externa dos Estados e para o funcionamento da economia global. Já que a maioria das mulheres fala a partir das margens da política internacional, suas vidas oferecem uma perspectiva fora do foco estatocêntrico das teorias ocidentais tradicionais (TICKNER & SJOBERG, 2010).

Os cientistas sociais Vianello e Caramazza (2011, p.4) já adiantavam que em todos os lugares as mulheres são excluídas de posições de poder na vida pública. E, sob a perspectiva weberiana de que todas as esferas da vida são profundamente influenciadas pelas estruturas de poder, deve-se priorizar o gênero em qualquer análise de fenômenos políticos, econômicos e sociais. Para os autores, não há sistema social que não seja de alguma forma dividido entre homens e mulheres e o gênero é consubstancial às estruturas de poder em todas as suas formas.

O debate sobre a sub-representação das mulheres nos espaços públicos de poder, em especial, na política internacional, foi liderado primeiramente pelo “feminismo liberal”, que chamou atenção para a posição de subordinação da mulher na política mundial, mas comprometido com os princípios positivistas do liberalismo político. Duas questões foram postas em evidência pelo feminismo liberal: a posição de subinclusão das mulheres nos espaços tradicionais de política internacional – como chefes de Estado, diplomatas, servidoras das Forças Armadas, entre outros; e, em segundo lugar, na forma como os lugares que eram efetivamente ocupados por mulheres eram tornados invisíveis politicamente (WHITWORTH, 1994). Estas questões serão incorporadas por feministas de outras linhas de análise, como o construtivismo, a Teoria Crítica e o Pós-estruturalismo, abrindo caminhos para uma agenda de pesquisa que vai além do feminismo liberal e se encontra com outros “feminismos”. Percebe-se assim que não

existe uma teoria feminista única ou monolítica, assim como não existe uma forma única de ativismo feminista (WHITWORTH, 2008).

### 1.1.2. Cultura e Sujeito

Quem são as mulheres que o feminismo quer representar e emancipar?<sup>2</sup> Arreaza e Tickner (2002, p.31) problematizam o pensamento feminista a partir da abordagem das mulheres como um só sujeito coletivo, negligenciando seus diversos contextos culturais e históricos. “Na maioria dos casos, o gênero interage com diversas identidades de classe, etnia, religião e sexo”. As autoras afirmam que o problema da “essencialização do feminino”, expressa em noções como “irmandade das mulheres” ou sistema de “patriarcado universal”, são simplistas para afrontar os múltiplos tipos de opressão dos quais distintos grupos de mulheres ao redor do mundo são objeto.

A essencialização/homogeneização da categoria Mulher leva, então, ao que as autoras chamam de “essencialismo cultural”, que consiste em generalizações do tipo: “cultura ocidental”, “culturas não ocidentais”, “mulheres ocidentais”, “mulheres do Terceiro Mundo”, sendo que os grupos que estas categorias pretendem representar são descritos como unidades homogêneas e imutáveis, cujas características históricas, sociais, culturais e econômicas não são levadas em conta. Assim, como afirma Bahri (2013), o conceito essencializado é marcado pelas expectativas de estabilidade estereotipada e de invariabilidade.

Este essencialismo é a crítica principal das autoras feministas pós-coloniais. O pós-colonialismo tem como objeto as relações de dominação estabelecidas sob o imperialismo. Eles alegam que essas relações persistem para além da concessão da independência formal aos estados colonizados, e são construídas sobre a forma como os colonizados são representados pelo “saber” ocidental. Como os estudiosos pós-estruturalistas de modo geral, os estudiosos pós-coloniais defendem que, nas relações internacionais, construções do 'eu' e do 'outro' fomentam estereótipos raciais e culturais e colocam o “outro” como inferior. As feministas pós-coloniais fazem as mesmas alegações sobre a forma como as feministas ocidentais construíram o conhecimento

---

<sup>2</sup>A referência às mulheres deve-se aos propósitos deste trabalho acadêmico. Todavia, o nascimento dos feminismos *queer*, consagrados por autoras como Judith Butler e Teresa de Lauratis, evidenciam o *gênero* (entendido como um fenômeno inconstante e contextual) como o sujeito possível do feminismo contemporâneo, não mais apenas as mulheres.

sobre as mulheres não-ocidentais, a partir de presunções dicotômicas e binárias da realidade em que um, no par, é a referencia positiva e o outro a representação negativa da realidade (TICKNER e SJOBERG, 2010).

Mohanty (1984, p.335) critica a forma como alguns autores feministas ocidentais tratam as mulheres como uma categoria homogênea, como se estas tivessem interesses e desejos idênticos, independente de sua classe, etnia ou posição geográfica, unidas pela opressão que compartilham. Ela argumenta que essa universalidade etnocêntrica e “a auto-consciência inadequada dos efeitos dos estudos ocidentais no terceiro mundo no contexto de um sistema mundial dominado pelo Ocidente”, por outro, caracterizam uma extensão considerável dos trabalhos feministas ocidentais sobre as mulheres no terceiro mundo, configurando uma “colonização discursiva”. Segundo MOHANTY:

[...] no contexto da hegemonia do sistema acadêmico ocidental na produção e na disseminação de textos, e no contexto do imperativo legitimador do discurso científico e humanista, é possível que a definição da "mulher do terceiro mundo" como monólito se incorpore à práxis cultural e econômica mais ampla da pesquisa e do pluralismo científicos "desinteressados" que são as manifestações superficiais de uma colonização econômica e cultural do mundo "não ocidental" (1984, p.335, tradução nossa).<sup>3</sup>

Ela ressalta que se refere às feministas que se identificam como cultural ou geograficamente ocidentais, mas seu argumento é válido para qualquer teoria que utilize destes métodos colonizadores, sejam mulheres do “Terceiro mundo” no Ocidente ou mulheres do “Terceiro mundo” no “Terceiro mundo” escrevendo ou publicando no Ocidente.

Butler (1998, p.16) se coaduna com o pensamento da autora sobre os perigos da noção culturalmente imperialista do “universal” quando, ao analisar o feminismo e o pós-modernismo, questiona “como é possível fundamentar uma teoria ou política numa situação de discurso ou posição de sujeito que é ‘universal’ quando a própria categoria do universal apenas começa a ser desmascarada por seu viés altamente etnocêntrico”. Neste sentido, a reflexão da autora se põe sobre quantas “universalidades” existem e em que medida o conflito cultural pode ser compreendido como o choque de um conjunto de “universalidades” presumidas e intransigentes.

---

<sup>3</sup> Texto original: [...] in the context of the legitimating imperative of humanistic and scientific discourse, the definition of "the third world woman" as a monolith might well tie into the larger economic and ideological praxis of "disinterested". scientific inquiry and pluralism which are the surface manifestations of a latent economic and cultural colonization of the "non-Western" world.

Neste contexto, Bahri (2013) assevera que a globalização oferece oportunidades sem precedentes para o ativismo feminista transnacional, mas o aproveitamento dessas oportunidades dependerá da capacidade de leitura das feministas sobre a semelhança e a diferença em uma escala global.

Leríamos, então, as mulheres no mundo não como iguais, mas como vizinhas, como "moradoras próximas" cuja adjacência pode tornar-se mais significativa. Através dessa lógica – uma lógica que poderia ser proveitosamente aplicada à orientação geral do pós-colonialismo –, leríamos o mundo não como único (no sentido de já estar unido), mas como um conjunto (BAHRI, 2013, s/p.).

Este pensamento é o que a autora chama de “lógica da adjacência”, através da qual as estudiosas feministas teriam de aprender a ler o mundo e a reconhecer as complexidades da construção do sujeito em todo lugar.

## **1.2. A Mulher e os feminismos no Oriente Médio**

Ao se propor a estudar quaisquer aspectos do Oriente Médio, constata-se ser indispensável o olhar sobre a religião para compreender de maneira satisfatória suas relações sociais e, em especial de gênero (LAKHDAR, 2012). Assim como os estudos sobre a mulher parecem estar relegados à marginalidade das Relações Internacionais, as reflexões sobre o feminismo não-ocidental também são marginalizadas entre as teorias feministas (SANTOS, 2014).

Durante a maior parte do século XX, segundo Monshipouri (2004), a questão da identidade islâmica dos países muçulmanos moldou o debate sobre o papel e o status das mulheres. O autor considera as mulheres muçulmanas como símbolos da “identidade nacional” desses países, cujo grande desafio seria promover a “modernidade” sem perder a “integridade de sua cultura”.

A imagem da mulher árabe reúne duas forças que a atrelam a uma série de estereótipos, que partem tanto do Ocidente, como do próprio interior dos Estados islâmicos. A imagem da mulher submissa, presa a uma religião e a costumes que a oprimem parece ser a visão geral do Ocidente. Esse estereótipo é reforçado pela instrumentalização de identidades culturais<sup>4</sup> que se articulam no âmbito dos projetos políticos dos países árabes e muçulmanos, construindo a partir da ideia de patriarcado

---

<sup>4</sup> De acordo com HALL (1987 apud HALL, 2005, p. 13), a identidade cultural é fruto de um processo que produz o sujeito a partir da formação e transformação contínua “em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

uma "cultura" de ser mulher. Essa relação entre a mulher e a ideia de estruturas culturais imóveis no tempo faz (ou querem fazer) da primeira uma mantenedora do *status quo* e da "identidade cultural" desses países. Mas García (2010) questiona: "onde está a voz das mulheres árabes neste discurso? Quanto de mito e de verdade há na premissa do 'culturalmente estabelecido'?" A autora se aprofunda ao afirmar que:

Esta construção de conceitos tende a criar generalidades, especialmente a partir do exterior, silenciando as vozes dos protagonistas de suas próprias histórias, as mulheres muçulmanas. Isso acontece sem levar-se em conta que, assim como em qualquer esfera do "mundo árabe", a mulher não é um conceito homogêneo e uniforme, mas se define e rearticula em diferentes contextos geográficos, políticos, sociais e históricos em que aparece (GARCIA, 2010, s/p. tradução nossa).<sup>5</sup>

A médica e escritora egípcia Nawal El Sadaawi já argumentava que a opressão, exploração e pressões sociais das quais as mulheres são objeto não são privilégio dos países árabes e do Oriente Médio, ou mesmo dos do "Terceiro mundo", mas "constituem parte integrante do sistema político, econômico e cultural, preponderante na maior parte do mundo – seja esse sistema retrógrado e feudal ou uma sociedade industrial moderna" (SADAAWI, 1980, p.1).

Desta forma, Sadaawi (1980, p.14-16) discorda das tentativas de lidar com os problemas que envolvem as mulheres no mundo árabe de maneira isolada, ou de dissociá-los das "pressões econômicas e sociais em geral às quais as mulheres estão expostas em todo lugar". Conclui, portanto, que "apenas as mulheres árabes podem formular a teoria, as idéias e as formas de enfrentamento necessárias para libertá-las de toda opressão".

Ao passo que o movimento de reforma e modernização do mundo árabe ocorria, os movimentos feministas árabes – com um maior protagonismo das mulheres como sujeitos ativos – se organizavam de forma que o feminismo árabe existente hoje é uma continuação do feminismo nacionalista (SANTOS 2014).

De acordo com Lima (2013), o feminismo nas sociedades muçulmanas surgiu enquanto consciência feminista por volta dos anos 1890, em publicações da Turquia

---

<sup>5</sup> Texto original: Esta construcción de conceptos tiende a crear generalidades que, sobre todo desde el exterior, silencian las voces de las protagonistas de sus propias historias, las mujeres musulmanas. Esto sucede sin tener en cuenta que, al igual que ocurre con cualquier esfera del "mundo árabe", la mujer no es un concepto uniforme y homogéneo, sino que por el contrario se define y rearticula en los diferentes contextos geográficos, políticos, sociales e históricos en los que aparece.

inspiradas nos modos de vida seculares franceses. No entanto, como movimento organizado e independente, que luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher e pelo fim de qualquer forma de dominação sexista e misógina, desenvolveu-se um pouco mais tarde, nos anos 1920, no Egito, com a líder feminista Huda Sha'rawi.

Dentro do movimento feminista árabe, encontra-se uma linha que separa as feministas seculares (principalmente a partir da diáspora muçulmana no Ocidente) e as feministas islâmicas. (GARCÍA, 2010)

As vertentes do feminismo árabe dividem-se, de modo geral, entre:

Um “jihad de gênero” (sendo este um ativismo religioso cujas reivindicações parecem sobrepor o Islã aos direitos das mulheres) e, de outro, os defensores dos direitos humanos internacionais (um ativismo político que atua no sentido de aplicar ao Islã os direitos das mulheres, vistos como supra culturais) (LIMA, 2013, p.12)

Segundo Lima (2013), o feminismo secular foi desafiado pela militância de mulheres no islamismo. Nesse período, é possível perceber o surgimento de um novo tipo de feminismo, denominado por Margot Bradan como “ativismo de gênero”, o qual, em conformidade com a produção teórica de estudiosas muçulmanas se transformou em um movimento formalmente intitulado de feminismo islâmico. Nesse sentido, explica:

O feminismo islâmico se autodefine como um movimento que objetiva recuperar a ideia de ummah (comunidade muçulmana) como um espaço compartilhado entre homens e mulheres. Para isso, ele utiliza a metodologia de releitura das escrituras do Islã, baseando-se no conceito árabe de ijtihad (interpretação livre e racional das fontes religiosas). Sua formulação discursivo metodológica é de busca pela justiça e pela emancipação das mulheres, exposta por meio de releituras dos textos sagrados numa perspectiva feminista (LIMA, 2013, p. 9).

Apesar dos embates em torno destas correntes feministas (que generalizam varias vertentes e enfoques), Lamrabet (2010) afirma que elas possuem um princípio que as une: a luta pela emancipação e dignidade da mulher. Esta mulher se encontra no centro de um debate universal e polêmico sobre o papel da religião, da tradição, da liberdade e da modernidade no mundo árabe, sendo vista como vítima de um islamismo totalitário e machista.

tem-se a impressão de que a situação das mulheres muçulmanas como tradicionalmente vivem, é a "violação ideal", através da qual uma certa ideologia hegemônica ocidental quer se envolver a fim de desacreditar um

sistema de valores culturais. na verdade, existe atualmente um meta discurso muçulmano sobre o véu e a mulher reclusa e oprimida, finalmente, nada mais é que uma reprodução contínua da visão orientalista colonialista, sempre na moda nas representações pós-coloniais contemporâneas (LAMRABET, 2010, s/p., tradução nossa).<sup>6</sup>

Esse discurso “eternamente acusador”, entretanto, serve, segundo a autora, principalmente como um alibi para as políticas de dominação cultural e consolida a análise binária, que opõe o modelo "universal" da mulher ocidental “liberada” e as muçulmanas oprimidas que precisam ser libertas, sendo a oposição destes dois modelos um instrumento para classificação das mulheres muçulmanas como mulheres “de segunda classe”, em oposição à modernidade, a civilização e liberdade.

Lamrabet (2010) aponta que discursos como este têm servido de “pretexto” político para legitimar iniciativas neocoloniais, como a guerra do Afeganistão e a avaliação dos níveis de democratização dos regimes árabes, feita pelo governo Bush. A questão, contudo, não é generalizar a visão ocidental e transferir as causas do problema, mas, sobretudo, denunciar a instrumentalização política de uma questão muito complexa e sensível para os muçulmanos. Ademais, não há que se preterir a situação das mulheres neste contexto, pois,

é verdade que, apesar do fato de que as sociedades muçulmanas de hoje são de grande diversidade, e isso em todos os níveis, sócio-culturais, econômicos e políticos, e de que a situação das mulheres muçulmanas varia de acordo com a localização geográfica e as condições de vida, a verdade é que na maioria dos países islâmicos, as mulheres muçulmanas sofrem muitas formas de injustiça e desigualdade e gozam de um estatuto jurídico dos mais tristes e mais precários (LAMRABET, 2010, s/p., tradução nossa).<sup>7</sup>

Para El Hajjami (2008), a condição de inferioridade e precariedade às quais a maior parte das mulheres muçulmanas são submetidas revela principalmente a

---

<sup>6</sup> Texto original: Se tiene incluso la impresión de que la situación de la mujer musulmán tal como se vive tradicionalmente, constituye la "infracción ideal" a través de la cual una determinada ideología hegemónica occidental quiere implicarse con el fin de desacreditar todo un sistema de valores culturales. En efecto, hay actualmente un méta discurso sobre la musulmana con el velo, recluida y oprimida que finalmente no es más que una reproducción continua de la visión orientalista y colonialista, siempre de moda en las representaciones contemporâneas post coloniales.

<sup>7</sup> Texto original: Es cierto que a pesar del hecho de que hoy las sociedades musulmanas son de una gran diversidad, y esto en todos los niveles socioculturales, económicos y políticos y que la situación de las mujeres musulmanas varía en función de la situación geográfica y de las condiciones de vida, no es menos cierto, que en la mayoría de países islâmicos, la mujer musulmana padece numerosas formas de injusticia y desigualdades y goza de un estatuto juridico de los más deplorables y lo mas precarios.

hegemonia de um sistema patriarcal que instrumentaliza a religião para legitimar as situações de dominação, opressão, violência e exclusão das mulheres.

Assim, muitas regras jurídicas, ditas islâmicas ou qualificadas como *chari'a*, são construções dos primeiros juristas muçulmanos que, na verdade, realizaram um imenso trabalho de interpretação e de racionalização para adaptar as prescrições corânicas às realidades sociais de sua época. No entanto, muitas vezes, as normas que eles estabeleceram nos domínios familiares refletiam as resistências masculinas às mudanças inauguradas pelas recomendações corânicas. O mesmo ocorreu com os usos e costumes reinantes nas sociedades árabe-muçulmanas frequentemente apresentadas como se fizessem parte das recomendações islâmicas (EL HAJJAMI, 2008, p.2).

“No Islã, o homem controla o espaço social por meio do discurso islâmico”. Por isso, o feminismo islâmico assume a missão de erradicar ideias e práticas patriarcais endossadas como islâmicas (naturalizadas e perpetuadas ao longo de séculos) e de recuperar a ideia central do Islã, de igualdade de gênero (SANTOS, 2014, p.213). Neste sentido, não é a religião enquanto crença pessoal e mensagem espiritual que subjuga a mulher, mas a reprodução da leitura patriarcal da mesma por parte das instituições, sejam elas religiosas ou políticas, ao passo em que “a liberação do ser humano – seja ele homem ou mulher – por um lado, de todo tipo de escravidão ou subjugação e, por outro, a reconstrução de relações sociais sobre bases igualitárias, são a base do projeto social inaugurado pela mensagem corânica<sup>8</sup>”(EL HAJJAMI, 2008, p.3).

Já Lamrabet (2010) afirma ser fácil encontrar passagens corânicas que inferiorizam a mulher (assim como o é em outros textos religiosos, como na Bíblia ou na Torá), quando se pratica uma leitura literal, estática e que não leva em conta a dinâmica histórica dos tempos da revelação ao contexto atual. O problema, contudo, não está no Corão, mas o que foi feito dele através de séculos e séculos de leituras e interpretações sexistas em relação à mulher.

De acordo com a autora, houve ao longo da história da civilização islâmica o estabelecimento tácito de uma instituição exclusivamente masculina, que se apropriou do direito de legislar em nome de Deus. Esta apropriação tornou-se perceptível em dois temas fundamentais: a questão das mulheres e do poder político no Islã, ligados estreitamente ao longo da história. Segundo Lamrabet (2010, s/p, tradução nossa):

---

<sup>8</sup>Mensagem do Corão, livro sagrado do Islã.

Parece que a mulher muçulmana foi a última vítima de um duplo despotismo: a de um sistema político autocrático e um sistema cultural patriarcal profundamente enraizado no povo desta região. São estes os dois poderes absolutos que têm anulado as mulheres por séculos (...). Se você adicionar a tudo isso o choque do encontro com a colonização ocidental, facilmente compreenderá a extensão do dano devastador sobre as mulheres e cujos efeitos traumáticos são visíveis até hoje.<sup>9</sup>

Apesar dos estudos do feminismo islâmico sempre levantarem críticas sobre as teorias em torno da mulher e o Islã pelo Ocidente, acusando-os de representações estereotipadas, esquematizações reducionistas e confusões conceituais (EL HAJJAMI, 2008), há que reconhecer-se que cresce hoje uma “consciência feminina muçulmana”, que em vários países intenta contestar e protestar contra a ordem social tradicional, sem, contudo, conformar-se com um modelo único, seja ele ocidental ou oriental (LAMRABET, 2010).

Um exemplo claro dessa tomada de consciência é explicitado por García (2013) a partir de um dos símbolos de discussão sobre a mulher árabe no Ocidente: o uso do véu. Segundo a autora, ao perceberem que questões “secundárias”, como o uso ou não do véu, sobrelevaram outras questões realmente sensíveis sobre a mulher na sociedade árabe, acumulando protagonismo midiático, social e acadêmico – discussões que na verdade estavam sendo importadas –, as feministas árabes passaram a rechaçar a centralidade de temas “vindos de fora”, afinal “o véu não decide nada”. Assim, a autora afirma que mudanças começaram a acontecer:

A eclosão das revoltas árabes [durante a Primavera Árabe] chacoalhou muitas coisas e uma delas foi ao esmagador papel do hijab<sup>10</sup>. As revoltas contaram com a integração absoluta do véu e seu significado no espaço público. O véu, que indiretamente havia conquistado as ruas nas últimas décadas, agora conquistou o espaço revolucionário (GARCÍA, 2013, p.66, tradução nossa).<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Texto original: Parece ser que la mujer musulmana fue al final víctima de un doble despotismo: el de un sistema político autocrático y el de un sistema cultural patriarcal verdadero poder autoritario muy arraigado en las poblaciones de esta región... Son estos dos poderes absolutos que han “acallado” (bailloner) a la mujer durante siglos (...). Si se añade a todo eso el choque del encuentro con la colonización occidental se comprenderá fácilmente la amplitud de los daños devastadores sobre la mujer y cuyos efectos traumáticos son perceptibles hasta hoy en día.

<sup>10</sup> Véu utilizado pelas mulheres muçulmanas para cobrir a região da cabeça e pescoço.

<sup>11</sup> Texto original: El estallido de las revueltas árabes ha trastocado muchas cosas, y una de ellas es el protagonismo avasallador del hiyab . Las revueltas han supuesto la integración absoluta del velo y sus significados en el espacio público. El velo, que indirectamente había conquistado la calle en las últimas décadas, há conquistado ahora el espacio revolucionario.

Talvez seja precipitado afirmar que após estes levantes as mulheres tenham vencido uma de suas batalhas, a de estar ou não atada ao véu, usando-o ou não. Apesar disso, o fim do protagonismo das discussões em torno do acessório parece ser duradouro, graças a uma revolução silenciosa e transversal, que impôs o gerenciamento da realidade e suas reflexões. “A presença maciça de mulheres de véu nas manifestações, tanto nas semanas revolucionárias de 2011, como nos protestos posteriores, foi um triunfo ao qual não foi dada atenção suficiente” (GARCÍA, 2013, p.66).

O capítulo seguinte trata justamente das manifestações que tomaram conta do mundo árabe a partir de 2011 e traz à tona a participação das mulheres, aquelas com e sem véu, que incorporaram a luta por melhores condições de vida para si e seu povo.

## CAPÍTULO 2 A PRIMAVERA ÁRABE

Em dezembro de 2010, um jovem comerciante tunisiano chamado Mohammed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo em um ato de desespero que manifestava sua indignação contra a corrupção do regime autoritário que governava seu país. Embora o jovem não soubesse quais seriam as consequências do seu ato, este foi o evento catalisador dos protestos que se alastraram, primeiro na Tunísia e, em seguida, por vários países árabes, contra regimes ditatoriais. Esta análise contextual auxiliará a compreensão mais abrangente do nosso objeto de estudo, ou seja, em quais circunstâncias as mulheres protagonizaram movimentos de luta e contestação nos países que integraram a Primavera Árabe.

A autoimolação do jovem Bouazizi deu nova dimensão à revolta popular na Tunísia, que já vinha sendo alimentada há muito tempo, mas exacerbou-se após o vazamento, em 2010, de correspondências diplomáticas pelo Wikileaks, nas quais um ex-embaixador estadunidense relatava como a família do presidente Ben Ali – que permaneceu no poder por 23 anos – era vista como uma máfia e usufruía um padrão de vida exorbitante, enquanto a maioria do país passava por sérias dificuldades econômicas, aprofundadas desde a crise de 2008. O suicídio do comerciante foi, então, o estopim da crescente insatisfação popular no país, que, pouco depois, se alastrou para outros países da região (MONTENEGRO, 2014).

Convencionou-se denominar de Primavera Árabe essa onda de protestos, orquestrada principalmente pela população civil de países do Oriente Médio e Norte da África, cujos governos eram considerados opressores e ditatoriais. Os protestos e manifestações civis se alastraram por vários países, dentre eles: Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Síria, Argélia e Marrocos. Até o segundo ano dos protestos, os levantes haviam derrubado os líderes dos governos da Tunísia, Egito, Líbia, Argélia e Iêmen; revoltas civis ocorreram no Bahrein e na Síria (que hoje enfrenta uma guerra civil sem precedentes); grandes protestos eclodiram na Argélia, no Iraque, no Kuwait, no Marrocos e na Jordânia; e protestos menores se instauraram na Arábia Saudita, no Líbano, no Sudão, na Mauritânia, no Saara Ocidental e em Omã<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Fox News. Arab Spring. Disponível em: <http://www.foxnews.com/topics/world/arab-spring.htm> . Acesso em 10 de dezembro de 2015.

Quanto ao termo “Primavera Árabe”, esse resulta de uma prática comum na mídia, quando essa deseja encontrar expressões que resumam uma série de acontecimentos, simplificando a descrição dos mesmos (e economizando espaço nos títulos de jornais e revistas) para que o público identifique rapidamente qual o assunto a ser tratado. Atribui-se ao jornalista Marc Lynch, articulista do jornal estadunidense *Foreign Policy*, a primeira utilização do termo, o qual faz referência à onda de revoluções nacionalistas ocorridas na Europa em 1848, que ficou conhecida como Primavera dos Povos<sup>13</sup>. Sobre a relação entre a Primavera de 1848 e a dos anos 2000, Chiara Araújo Gomes explica:

Em alguma medida é possível estabelecer analogias entre a *Primavera de 1848* e as convulsões no mundo árabe. Em primeiro lugar, deve-se recordar que os anos 1846-1847 foram marcados pela baixa produção agrícola e por uma crise industrial que geraram escassez de alimentos e desemprego. Além disso, as populações dos países em que ocorreram levantes estavam submetidas a regimes autoritários e, em alguns casos, sujeitos à dominação estrangeira. Por fim, outro aspecto característico de 1848 foi a difusão do espírito de contestação por várias nações, o “efeito dominó” que transformou insurreições inicialmente localizadas em um acontecimento de grandes proporções.

De modo análogo, a região atualmente em conflito sofre com os impactos de uma prolongada crise econômica mundial, com governos autoritários, comandados por líderes que procuram prolongar a sua permanência no poder indefinidamente, apesar da insatisfação popular e das frequentes acusações de corrupção. Diante deste cenário, seria possível afirmar como Tocqueville – em suas lembranças sobre 1848 – “Nós dormimos sobre um vulcão...”. De fato, um vulcão adormecido parece ter entrado em erupção e, como em 1848, o efeito de “contágio” foi quase imediato (GOMES, 2011, s/p.).

Embora não haja unanimidade entre os estudiosos quanto à comparação destes dois fenômenos, fato é que o termo “Primavera” é uma referência metafórica e, em ambos os casos, diz respeito a um tempo de transformação, à ruptura com o velho e o florescer de novos paradigmas. Os cidadãos tomaram as ruas, mobilizando cada vez mais pessoas para se manifestarem em favor de reformas políticas e justiça social. A resistência civil envolveu greves, passeatas, protestos e comícios. Destes, muitos acabaram em conflitos violentos entre os manifestantes e as forças militares.

Sem ignorar a realidade particular de cada país envolvido neste processo, é possível identificar as causas da eclosão das manifestações a partir das demandas políticas, econômicas e sociais dessas populações. A maioria dos países árabes é

---

<sup>13</sup> LYNCH, Marc. Obama’s Arab Spring. *Foreign Policy*, 01 de junho de 2011. Disponível em: [http://mideastafrica.foreignpolicy.com/posts/2011/01/06/obamas\\_arab\\_spring](http://mideastafrica.foreignpolicy.com/posts/2011/01/06/obamas_arab_spring). Acesso em 12 de maio de 2016.

governada por regimes autoritários, grande parte permanece no poder por décadas. O ex-líder da Líbia, Muammar Gaddafi, por exemplo, governou o país por 42 anos, até que em 2011 foi assassinado em um ataque orquestrado por rebeldes líbios.

Rogan (2011) afirma que há uma tendência em tratar a Primavera Árabe como um fenômeno monolítico, embora as experiências em cada Estado tenham sido distintas. Para o autor, as abordagens generalizadas do fenômeno são justificadas pelo fato de que os levantes nacionais possuem muitos traços em comum: manifestações conduzidas por cidadãos jovens, uso de telefones celulares e redes sociais para contornar os mecanismos de controle estatais, a falta de uma liderança central visível e o uso dos mesmos “slogans” e táticas que foram bem sucedidas quando utilizadas pelos revolucionários de outros países árabes. Quanto às distinções, Rogan explicita alguns dos principais fatores que, em um plano geral, podem ser destacados:

As experiências de cada Estado árabe tem sido diferentes. Em alguns países os militares desertaram do regime (Tunísia e Egito) enquanto em outros, parte ou todos os militares permaneceram fieis ao presidente (Líbia, Iêmen e Síria). Alguns rebeldes tiveram sucesso em ‘libertar’ parte das cidades (PraçaTahrir no Cairo, Praça Pearl em Manama, uma zona da Universidade in Sanaa), ou no caso da Líbia, conseguiram libertar todas as partes do país. As autoridades sírias tem impedidos os manifestantes de estabelecerem qualquer enclave. Enquanto parecia que cada revolta popular começou como um assunto estritamente doméstico, o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), liderado pela Arábia Saudita, interviu no Bahrein e a OTAN na Líbia (ROGAN, 2011, p.4, tradução nossa).<sup>14</sup>

Apesar de suas especificidades regionais, a natureza dos protestos se centrava na reivindicação por reformas políticas e na deposição de presidentes, ditadores e reis. As manifestações apontavam para a falta de liberdade de expressão, de participação política e acusavam os governos de repressão, corrupção, nepotismo e ineficiência das instituições, problemas característicos dos regimes autoritários. Ademais, Negri e Hardt (2011) afirmam que a insatisfação dos árabes iria além da contestação aos regimes, desembocando em uma busca por melhores condições de vida e trabalho.

---

<sup>14</sup> Texto original: Yet the experiences of each Arab state have been distinct. In some countries the military defected from the regime (Tunisia and Egypt) while in others part or all of the military has stayed loyal to the president (Libya, Yemen and Syria). Some rebels have succeeded in ‘liberating’ parts of cities (Tahrir Square in Cairo, Pearl Square in Manama, the University quarter in Sanaa), or in the case of Libya, whole parts of the country. The Syrian authorities have prevented protesters from establishing any such liberated enclaves. While it would appear each popular uprising began as a strictly domestic affair, the Gulf cooperation Council (GCC), led by Saudi Arabia, intervened in Bahrain and NATO intervened in Libya.

Embora a demanda primária por todo mundo árabe focasse na derrubada dos governos autoritários, por trás desse único clamor, existe uma série de demandas sociais sobre trabalho e vida não apenas para acabar com a dependência e pobreza, mas para dar poder e autonomia para uma população inteligente e capaz. A saída de Zine al-Avidine Ben Ali e Hosni Mubarak ou Muammar Gaddafi é apenas o primeiro passo (NEGRI e HARDT, 2011, s/p., tradução nossa).<sup>15</sup>

Patriota (2011, p.13) corrobora com esta ideia quando afirma que as principais motivações dos manifestantes são fruto dos anseios por maiores oportunidades econômicas, maior participação política e liberdade de expressão. Para o autor, as demandas sociais dos povos árabes ganharam destaque particular “num contexto em que mais da metade da população no Mundo Árabe tem menos de 25 anos. Os jovens querem mais emprego, maior realização pessoal e participação na construção de sociedades modernas”.

Com o abalo das estruturas governamentais nestes países, a “construção de sociedades modernas” passou a ser um objeto de discussão e embate. Quem se encarregaria, afinal, da reconstrução social desses países? Com a saída forçada dos grupos dominantes, instaurou-se um vácuo de poder, cujo preenchimento passou a ser disputado por grupos militares, liberais, seculares e islâmicos.

Os levantes populares por reformas, democracia e destituição de governos expressaram raiva e cansaço com o *status quo*, mas não apresentaram, a priori, projetos ou programas para substituir a ordem. Desejavam simplesmente derrubar ou eliminar essa ordem (OURO PRETO, 2011).

Embora à democracia tenha sido atribuída a força propulsora das revoluções árabes, Feraboli (2012) alerta para a necessidade de evitar a universalização/ocidentalização da palavra, na medida em que o mundo árabe está circunscrito por uma lógica própria, a qual se encarregará de estabelecer as mudanças que as novas estruturas trarão.

(...) a região em pauta possui singularidades que precisam ser contempladas em qualquer análise do processo de mudança em curso, ou seja, as lentes eurocentristas precisam ser substituídas por multifocais que permitam uma visão ampla, completa e inclusiva das dinâmicas políticas, econômicas e sociais do mundo árabe atual. Isso significa que a religião terá um papel de

---

<sup>15</sup> Texto original: Although the primary demand throughout the Arab world focuses on the end to tyranny and authoritarian governments, behind this single cry stands a series of social demands about work and life not only to end dependency and poverty but to give power and autonomy to an intelligent, highly capable population. That Zine al-Avidine Ben Ali and Hosni Mubarak or Muammar Gaddafi leave power is only the first step.

destaque na formação dos novos governos, o que não significa, necessariamente, um retrocesso (FERABOLLI, 2012, p.108).

A partir das transformações práticas que poderão ocorrer nessas sociedades, será possível aferir se o que presenciamos nos últimos anos pode ser de fato denominado uma Revolução Árabe, já que, de acordo com Ferabolli (2012, p.108), “revoluções são atos de ruptura institucional cujos efeitos só poderão ser satisfatoriamente medidos nos desdobramentos subsequentes ao seu epicentro”. Segundo Arendt (2011), ademais, só podemos tratar de revolução quando existe a novidade, uma nova história ligada à ideia de liberdade.

(...) apenas quando a mudança ocorre no sentido de criar um novo início, quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político, quando a libertação visa pelo menos à constituição da liberdade, é que se pode falar em revolução (ARENDR, 2011, p.64).

Ainda que não seja possível prever com exatidão as consequências da Primavera no mundo árabe, não há que se preterir a importância da tomada de posição e das ações da sociedade civil, de modo que “uma mudança irreversível está em curso, mesmo que ninguém seja capaz de identificar exatamente o que está acontecendo nestes protestos das massas ou predizer seu resultado final” (RAMADAN, 2011, p.13, tradução nossa)<sup>16</sup>. Além do pouco espaço de tempo para a previsão, as diferentes realidades de um mesmo movimento refletem momentos que diferem entre as regiões associadas a Primavera

Passados cinco anos do início dos levantes populares, o Egito está de novo sob o jugo de um regime autoritário, liderado pelo ex-comandante militar Abdel-Fattah Al Sisi. A queda de Hosni Mubarak em 2011 abriu caminho à escolha do primeiro presidente democraticamente eleito: Mohammed Morsi, representante da Irmandade Muçulmana, afastado pelos militares em 2013<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Texto original: An irreversible shift is clearly underway but no one is able to pinpoint exactly what is going on in these mass protests or to predict their ultimate outcome.

<sup>17</sup> DYER, Gwynne. Egypt has little to celebrate Five years later. The Observer, 10 de fev. de 2016. Disponível em: <http://www.theobserver.ca/2016/02/10/egypt-has-little-to-celebrate-five-years-later> . Acesso em 14 de abril de 2016

A Líbia, mesmo após intervenção da OTAN autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, foi dividida pela disputa de dois governos desde 2014. O grupo radical Estado Islâmico aproveitou-se do vácuo de poder e se instalou na região<sup>18</sup>.

No Iêmen, país mais pobre do Oriente Médio, a renúncia do presidente Ali Abdallah Saleh, que governava o país há três décadas, não atenuou as disputas entre os grupos religiosos. Milícias xiitas controlam a capital e enfrentam o governo apoiado por uma coalizão árabe<sup>19</sup>.

Já a Síria vive hoje uma crise humanitária sem precedentes, fruto da guerra civil que se instalou no país e, segundo a ONU<sup>20</sup>, já deixou pelo menos 220 mil pessoas mortas desde que teve início, em março de 2011. A guerra no país produziu um dos maiores êxodos da história recente, com a fuga de milhões de pessoas, especialmente mulheres e crianças, desde o início dos conflitos.

A Tunísia, por outro lado, viu surgir um novo momento político a partir das ações do Quarteto para o Diálogo Nacional, formado pela Liga Tunisiana de Direitos Humanos (LTDH), o sindicato da União Geral Tunisiana do Trabalho (UGTT), a organização de empregadores Utica e a Ordem Nacional de Advogados. O Quarteto recebeu o prêmio Nobel da Paz em 2015. Em 2014, o novo presidente da Tunísia, Moncef Marzouki, assinou em Túnis a nova Constituição do país. Embora apresente alguns aspectos reacionários, a carta é considerada a mais progressista do Oriente Médio, ao passo em que estabelece, por exemplo, a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade de expressão e afiliação<sup>21</sup>.

De acordo com a *Human Rights Watch*, a nova Constituição tunisiana tem fortes proteções para os direitos das mulheres, expressas, por exemplo, em seu artigo 46, que prevê que "o Estado compromete-se a proteger os direitos estabelecidos das mulheres e

---

<sup>18</sup> STEPHEN, Chris. Libya's Arab spring: the revolution that ate its children. *The Guardian*, Tunis, 16 de fev. De 2015. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/feb/16/libyas-arab-spring-the-revolution-that-ate-its-children> Acesso em 30 de março de 2016

<sup>19</sup> LIMA, José Antônio. Iêmen: Mais um país à beira do caos. *Carta Capital*, 25 de mar. De 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/iemen-mais-um-pais-a-beira-do-caos-3878.html> Acesso em 30 de março de 2016

<sup>20</sup> Nações Unidas. ONU anuncia retomada das negociações políticas para pôr fim à guerra na Síria. 05 de mai. de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-anuncia-retomada-das-negociacoes-politicas-para-por-fim-a-guerra-na-siria/> Acesso em 30 de março de 2016

<sup>21</sup> Folha de São Paulo. Após a Primavera, Tunísia aprova a mais moderna constituição árabe. 26 de jan. de 2014. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1403269-apos-a-primavera-tunisia-aprova-a-mais-moderna-constituicao-arabe.shtml> . Acesso em 08 de março de 2016

trabalha para reforçar e desenvolver esses direitos", e garante "igualdade de oportunidades entre mulheres e homens para o acesso a todos os níveis de responsabilidade e em todos os domínios".<sup>22</sup>

A complexidade do quadro que se apresenta revela os contornos de um verdadeiro caleidoscópio. O que se pode afirmar é que o Mundo Árabe não voltará a ser o mesmo, ainda que as manifestações da rua possam talvez não implicar em mudanças positivas de regime. Serão possivelmente escutadas pelos respectivos governos, com atenção e preocupação (OURO PRETO, 2011).

O ideal ou o sonho da democracia estará presente com mais força do que nunca na região. A sua consagração, como ocorreu na maior parte da América Latina, será certamente mais lenta. Os países da região continuam a enfrentar o complexo problema da adaptação de seus eventuais secularismos à tradição islâmica. Problema complexo, mas não impossível de resolver como se verificou em outras sociedades do mundo islâmico como a Turquia e a Indonésia (OURO PRETO, 2011, p.37).

Como explanam Furtado e Aguilar (2014, p.4), no entanto, é importante ressaltar a necessidade de levar em consideração a realidade própria daquela região, que em qualquer aspecto não se dissocia da relação Religião-Estado-Sectarismo. Para os autores, é complicado e temeroso pretender que estas sociedades rapidamente estabeleçam regimes democráticos como forma de estabilidade política, sem considerar seus traços culturais e história. A resultante seria uma abordagem simplista e que serve apenas ao discurso ocidental. Desta forma, a Primavera Árabe merece uma problematização, pois “pode ser considerada um evento político, um processo ainda em andamento e/ou uma instrumentalização da expansão de valores ocidentais no Norte da África e no Oriente Médio”.

## **2.1. O ativismo *online***

Os levantes populares no Estados que protagonizaram a Primavera Árabe ganharam ainda mais atenção pelo fato de serem organizados e difundidos através das redes sociais. Tiveram início nesses espaços de autonomia - que extrapolam o controle de

---

<sup>22</sup> Human's right Watch. Tunisia: A step forward for Women's Right. 12 de nov. de 2015. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2015/11/12/tunisia-step-forward-womens-rights> . Acesso em 10 de maio de 2016

governos e empresas que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces do seu poder (CASTELLS, 2013)

Prova de que a internet teve papel crucial nesse contexto foi o próprio símbolo do início da Primavera Árabe: a autoimolação do jovem Bouazizi. Segundo Montenegro (2014), seis meses antes de ele atear fogo ao próprio corpo, outro homem fez o mesmo, mas não houve repercussão. A diferença foi que a autoimolação do comerciante e os protestos subsequentes foram filmados e divulgados na internet, aumentando as redes de indignação.

A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet foi acompanhada de convocação à ação nas ruas e praças das cidades de todo o país, começando nas províncias centro-ocidentais e depois atingindo a própria Túnis. A conexão entre comunicação livre pelo *Facebook*, *Youtube* e *Twitter* e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, prenunciando os movimentos que surgiram em outros países. (CASTELLS, 2013, p 29)

Segundo HUANG (2011), o *Arab Social Media Report* (2012), feito pela *Dubai School of Government*<sup>23</sup>, aponta o expressivo crescimento no número de usuários do Facebook no mundo árabe entre janeiro e abril de 2011 (de 14,8 milhões para 27,7 milhões). No Bahrein, cresceu 15% nos primeiros três meses do ano, em comparação com 6% em relação ao mesmo período de 2010. O Egito viu 29% de crescimento de usuários em comparação com 12% no ano anterior. A Tunísia, por sua vez teve 17% de crescimento em comparação com os 10% de 2010. A exceção, de acordo com o relatório, foi a Líbia, onde o uso caiu em 76%. Uma possível razão é que muitos fugiram em meio a violentos combates entre o regime e os rebeldes. (ARAB SOCIAL MEDIA REPORT, 2012)

Durante os protestos no Egito e na Tunísia, segundo o relatório, a grande maioria das mais de 200 pessoas pesquisadas ao longo de três semanas disseram que estavam recebendo suas informações sobre os levantes através das mídias sociais (88% no Egito e 94% na Tunísia). No Twitter, a hashtag (que é essencialmente um termo de pesquisa) "Egypt" (Egito) teve 1,4 milhões de menções nos primeiros três meses de 2011. A hashtag "jan25" (data do primeiro grande protesto no Egito) teve 1,2 milhão de menções,

---

<sup>23</sup>Arab Social Media Report. The Role of Social Media in Arab Women's Empowerment. Dubai School of Government. Vol. 1, N. 3, Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.arabsocialmediareport.com/UserManagement/PDF/ASMR%20Report%203.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2016.

enquanto "Lybia" (Líbia) teve 990 mil, "Bahrain" (Bahrein) teve 640 mil e "protest" (protesto) teve 620 mil.

Manifestantes registraram os acontecimentos com seus telefones celulares, compartilharam seus vídeos através do *Facebook* e *Youtube*, muitas vezes em transmissões ao vivo. Coordenaram-se pelo *Twitter* e usaram blogs para emitir suas opiniões e incitar debates (CASTELLS, 2013).

O Ciberativismo ou ativismo *online*, segundo Radsch (2012), refere-se ao uso de tecnologias de mídia digital e plataformas de mídia social para contestação sociopolítica. É melhor entendido como um modo de confronto político que se baseia em novas tecnologias de mídia para a disseminação da informação, redes, ea construção de identidades coletivas, queixas comuns, organização e mobilização. Para a autora, o ciberativismo normalmente tem dois objetivos principais, que são os mesmos em toda a região:

Construir apoio doméstico e influenciar a agenda política ocidental, geralmente via mídia convencional. Apesar da emergência da mídia social e os desafios gerados pelo cidadão, o foco significativo do ciberativismo se volta para influenciar a mídia convencional e dominante, tal como o aumento de uma relação simbiótica entre o cidadão e o profissional do jornalismo, que tem se desenvolvido ao longo da Primavera Árabe (RADSCH, 2012, p. 6, tradução nossa).<sup>24</sup>

Com a falta de acesso da mídia tradicional às informações (expressa, inclusive, pela ameaça à vida dos jornalistas<sup>25</sup>), as redes sociais de fato serviram para pautar as televisões e jornais internacionais. Neste sentido, segundo De Gracia (2011), estabeleceu-se uma inter-relação intensa entre as redes sociais na internet, as grandes redes de televisão e as manifestações populares.

As manifestações foram convocadas pelo Facebook, continuavam pelo Twitter, eram reproduzidas por emissoras, como Al Jazeera, as imagens da televisão voltavam para o Facebook ou tornavam-se conhecidas pelo Twitter

---

<sup>24</sup> Texto original: to build domestic support and influence the Western policy agenda, often via the mainstream media. Despite the rise of social media and citizen-generated content, the focus of a significant proportion of cyberactivism revolves around influencing the mainstream media agenda, as an increasingly symbiotic relationship between citizen and professional journalism has developed throughout the Arab Spring.

<sup>25</sup> Último Segundo. Mortes de jornalistas revelam dificuldade de cobertura na Síria. 24 de fev. de 2012. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/mortes-de-jornalistas-revelam-dificuldade-de-cobertura-na-siria/n1597650107112.html> . Acesso em 5 de março de 2016.

e, finalmente, retornava à rua com maior vigor para os manifestantes, fazendo perderem o medo, porque, com o eco, sabia que eles eram muitos. (DE GRACIA, 2011, p. 171, tradução nossa)<sup>26</sup>

Ao perceberem a força dessa inter-relação, os governos intentaram rompê-la. Na Tunísia, o regime de Ben Ali bloqueou o acesso às páginas do *Youtube*, *Twitter*, *Flickr* e outros sites da internet. Na Síria, Bashar Al Assad proibiu o uso de redes sociais e Muammar Gaddafi resolveu desligar a internet na Líbia, na tentativa de bloquear a comunicação entre os manifestantes que lutavam contra seu regime<sup>27</sup>. Os ativistas, no entanto, logo reverteram o quadro. O Google, por exemplo, forneceu-lhes códigos de acesso à internet por satélite<sup>28</sup> e o Twitter criou um sistema que permitiu aos egípcios publicarem no microblog mesmo sem acesso à rede, por meio de um número telefônico internacional<sup>29</sup>.

Castells (2009) analisa a reação de governos à internet e afirma que os mesmos têm medo dela, porque não podem controlá-la. Para o autor, a transformação das tecnologias de comunicação torna possível a superação da censura e da repressão do Estado, criando novas possibilidades para a auto-organização e a auto-mobilização da sociedade. Neste contexto, a internet é um instrumento necessário, mas não auto-suficiente para promover as transformações que a sociedade anseia.

## 2.2. As Mulheres e as Redes

No Egito, foi uma jovem de 26 anos quem primeiro utilizou-se das redes sociais para incitar protestos contra o governo do seu país<sup>30</sup>. Asmaa Mahfouz publicou um vídeo no seu *Facebook* conclamando as pessoas a comparecerem à praça Tahrir no dia 25 de janeiro. O Portal *Democracy Now* (2011) transcreveu os dizeres da garota:

<sup>26</sup> Texto original: Las manifestaciones se convocaban por Facebook, se seguían por Twitter, se reproducían por cadenas como Al Yazira, lãs imágenes de televisión volvían a Facebook o se daban a conocer por Twitter y, finalmente, rebotaban em la calle com mayores bríos para los manifestantes y haciendóles perder el miedo porque, com el eco, sabían que eran muchos.

<sup>27</sup> Google Transparency Report. Disponível em: <http://www.google.com/transparencyreport/traffic/?r=LY&l=YOUTUBE&cscd=1298590676998&ced=1299195476998>. Acesso em 13 de abril de 2016.

<sup>28</sup> PASCALE, Clark. Génération 2.0 et révolutions árabes. *France Inter*, 14 de jun. de 2011. Disponível em: <http://www.franceinter.fr/em/comme-on-nous-parle/106013>. Acesso em 13 de abril de 2016.

<sup>29</sup> HAUSER, Christine. New services let voices from Egypt be heard. *The New York Times*, 01 de fev. De 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/02/02/world/middleeast/02twitter.html>. Acesso em 5 de março de 2016.

<sup>30</sup> NAIB, Fatima. Women of the Revolution. Al Jazeera. 19 de fev. de 2011. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/02/2011217134411934738.html> Acesso em 10 de maio de 2016

‘Eu, uma garota, estou descendo até a Praça Tahrir, e eu ficarei lá sozinha. E eu segurarei uma bandeira. Talvez as pessoas demonstrarão alguma honra’. Mahfouz disse: ‘Não acho que estamos mais seguros Nenhum de nós está. Desça conosco e demande seus direitos, meus direitos e os direitos da sua família. Eu estarei indo em 25 de Janeiro e direi não à corrupção, não a esse regime’.<sup>31</sup>

Na Tunísia, além da blogueira Astrubal, do blog “Nawaat”, Lina Ben Mhenni, do “A Tunisian girl” escrevia sobre censura, direitos humanos e liberdade de expressão. O governo bloqueou seu site, mas ela usou *proxies*<sup>32</sup> para acessar a página, até que a polícia fez uma varredura em sua casa e levou todos os seus equipamentos eletrônicos<sup>33</sup>.

Esraa Abdel Fattah era conhecida como "menina *Facebook*" por seu papel no lançamento de um dos mais importantes grupos de jovens da oposição no Egito, o Movimento 06 de abril. Do Egito, Mona Eltahawy; da Líbia, Danya Bashir, do Bahrein, Zeinab al- Khawaja e Maryam al- Khawaja, e muitas outras ficaram conhecidas como as "Twitterati", influenciadoras digitais, cujas contas no *Twitter* foram classificadas como “*must-follow*” por especialistas (RADSCH, 2012).

Várias das mulheres que participaram e lideraram as revoltas árabes eram cyberativistas antes das convulsões de 2011, mas muitas outras foram influenciadas em função dos eventos relacionados a revolução. Embora jovens e idosas tenham participado, foi a geração mais jovem que liderou o caminho online. Elas ajudaram a organizar protestos virtuais, bem como manifestações de rua, e criaram pontes com a mídia *mainstream*, ajudando a garantir o fluxo de notícias 24 horas. O *Twitter* tornou-se um fluxo em tempo real, que conectou jornalistas e ativistas diretamente, tornando-se uma ferramenta fundamental na luta para incluir os protestos na agenda midiática, especialmente nos meios de comunicação internacionais, como a Al Jazeera. Estes mesmos meios de comunicação reaproveitaram vídeos gerados por cidadãos no *YouTube* e fotos no *Flickr*, enquanto o *Facebook* forneceu uma plataforma para agregar, organizar, divulgar e construir solidariedade (RADSCH, 2012).

---

<sup>31</sup>Democracy Now. Asmaa Mahfouz & the Youtube vídeo that helped spark the egyptian uprising. 08 de fev. de 2011. Disponível em: [http://www.democracynow.org/2011/2/8/asmaa\\_mahfouz\\_the\\_youtube\\_video\\_that](http://www.democracynow.org/2011/2/8/asmaa_mahfouz_the_youtube_video_that) Acesso em 5 de março de 2016

<sup>32</sup> Em redes de computadores, proxies são os intermediários entre o usuário e seu servidor.

<sup>33</sup> Folha de São Paulo. Blogueira Tunisiana espalha a gênese da Primavera Árabe. 02 de dez. de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2011/12/1015264-blogueira-tunisiana-espelha-a-genese-da-primavera-arabe.shtml?mobile> Acesso em: 7 de março de 2016

Ao invés de permitir que a mídia ocidental descrevesse suas situações, as mulheres do Despertar Árabe atuaram como jornalistas e historiadoras ao contarem suas próprias histórias, compartilhar suas próprias imagens e divulgar em blogs suas opiniões pessoais. A mídia social criou uma oportunidade das mulheres falarem contra seus governos para a arena internacional e espalhar as notícias mais atualizadas sobre os conflitos (SATTEFIELD, 2013, tradução nossa).<sup>34</sup>

Para Khamis e Vaughn (2011, *apud* NEWSOM & LENGEL, 2012), a estrutura não-hierárquica e horizontal das redes sociais empoderaram as mulheres, que não só se engajaram no ativismo online e no que os autores chamam de “jornalismo cidadão”, mas também participaram efetivamente e corajosamente dos protestos. Os autores argumentam, no entanto, que veículos da mídia ocidental deram exacerbado destaque às redes sociais em si, minimizando a importância dos próprios indivíduos que a utilizaram. Eles citam o exemplo de uma manchete da BBC que dizia: “O *facebook* mudou o mundo”. “Assim, essas mulheres das revoluções foram feitas visíveis no palco global maior por causa de seu uso das mídia social, refletindo novamente a ideia defendida pela BBC que a mídia social mudou o mundo”(NEWSOM e LENGEL, 2012, p.12).

Segundo o relatório *The Role of Social Media in Arab Women Empowerment* (2011), as mídias sociais permitiram que as mulheres assumissem uma nova forma de liderança, com foco na utilização de conexões e redes, mas também ressalta que elas não foram meras ciberativistas, porém participaram e muitas vezes lideraram os levantes populares. Fato que, segundo o relatório, foi reconhecido quando Yemeni Tawakkul Karman, ativista iemenita, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, o primeiro a ser entregue a uma mulher árabe. Uma ressalva, entretanto, é feita:

Abundam imagens de mulheres na Tunísia, Egito, Síria e Iêmen tomando as ruas e exigindo mudanças. Se esse ativismo vai levar a inclusão mais ampla das mulheres na participação cívica e política para além desse momento, ou veremos as mulheres sendo relegadas a um segundo plano, como tem sido em revoluções árabes anteriores no século 20, é algo que ainda vai ser visto (*THE ROLE OF SOCIAL MEDIA IN ARAB WOMEN EMPOWERMENT*, 2011, tradução nossa).<sup>35</sup>

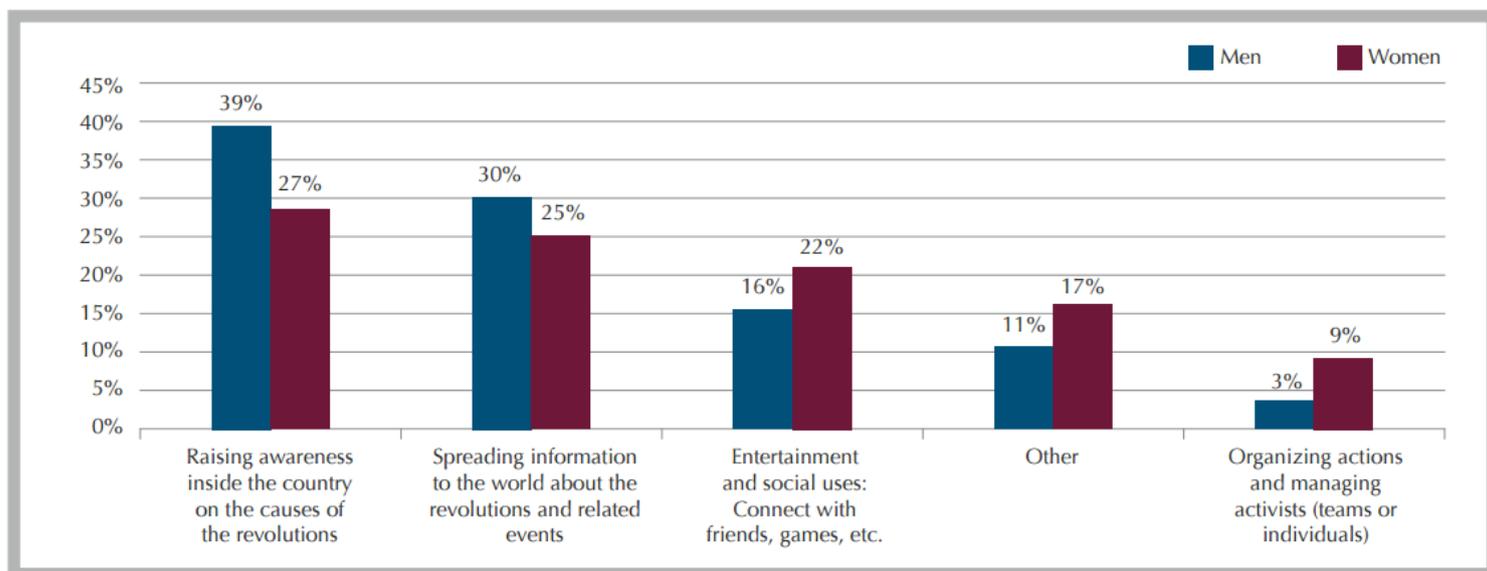
<sup>34</sup> Texto original: Rather than allowing media from the West to describe their situations, women in the Arab Awakening acted as journalists and historians by telling their own stories, sharing their own pictures, and blogging their personal opinions. Social media created an opportunity for women to speak against their governments to an international arena and spread the latest news of conflicts.

<sup>35</sup> Texto original: Pictures abound of women in Tunisia, Egypt, Syria and Yemen taking to the streets and demanding change. Whether this activism will lead to broader inclusion of women in civic and political engagement down the line, or will merely see women being relegated to the sidelines, as has happened in previous Arab revolutions in the 20th century, remains to be seen.

O relatório, feito pela *Dubai School of government* (2011), também levantou dados sobre o uso das redes sociais e apontou que, no mundo árabe, um terço dos usuários destas mídias são mulheres. Para explicar a diferença no número de usuários homens e mulheres, foi feita pesquisa entre pessoas de 22 países árabes. A maior parte dos respondentes atribuiu às “limitações sociais e culturais” das mulheres essa assimetria.

Em países que testemunharam revoltas populares e manifestações, os usos das mídias sociais durante a Primavera Árabe, segundo os entrevistados, foram principalmente para fins de sensibilização e divulgação de informação sobre os eventos relacionados com revoltas e revoluções. Neste sentido, uma porcentagem ligeiramente maior de homens do que de mulheres usavam mídia social para estes fins. Apesar disso, uma maior porcentagem de mulheres árabes respondeu que usaram as mídias sociais para organizar ações e gerir ativistas. O gráfico abaixo representa as respostas dos entrevistados à pergunta: Qual foi a sua principal utilização dos meios de comunicação social durante os levantes/revoluções/movimentos civis no seu país?”(divisão regional por gênero)”.

**Figura 1: "Qual foi a sua principal utilização dos meios de comunicação social durante os levantes/revoluções/movimentos civis no seu país?" (divisão regional por gênero)**



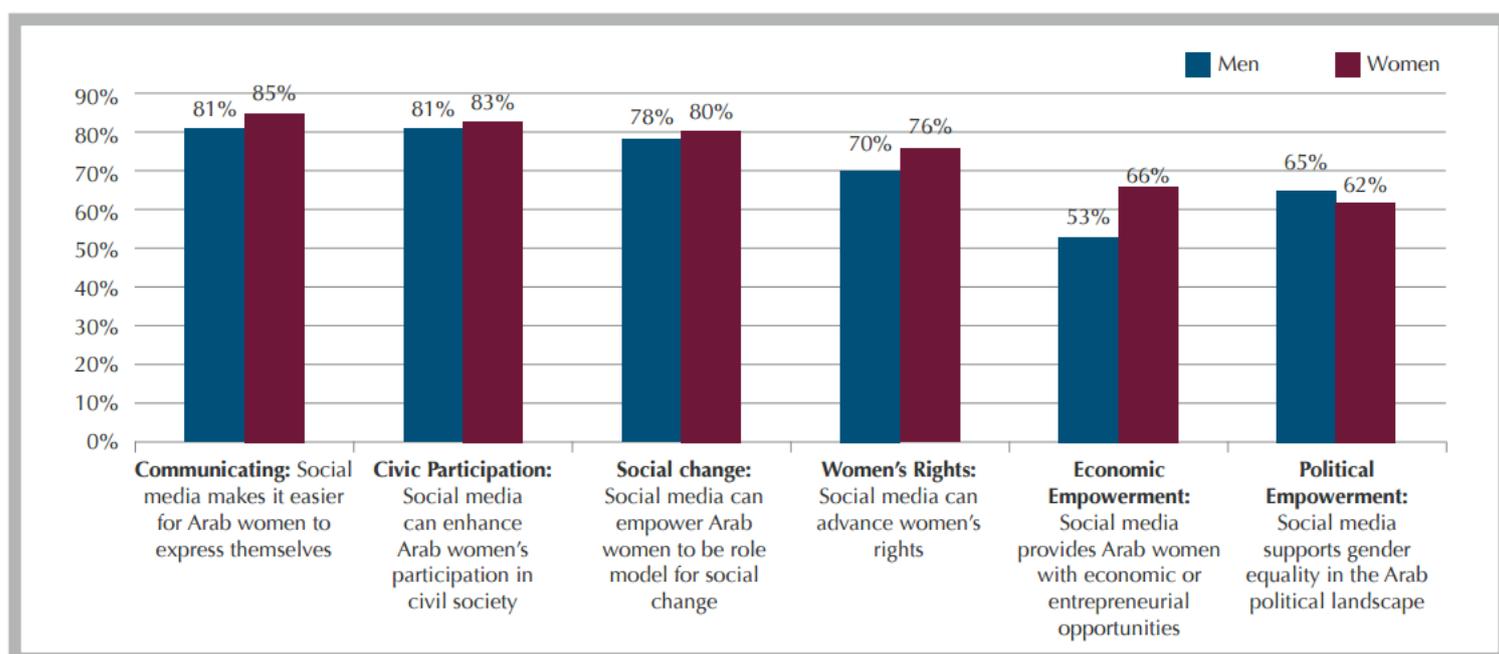
Fonte: Arab Social Media Report. The role of Social Media in Arab Women’s Empowerment. Vol. 1, nº3. Novembro de 2011.

Ainda segundo o relatório, em nível regional, uma elevada porcentagem de entrevistados considerou que a mídia social pode ser um instrumento de

empoderamento para as mulheres, reforçando a sua participação em vários aspectos de suas vidas, incluindo o legal (através da promoção dos direitos das mulheres), econômico (aumento de oportunidades empresariais e de emprego), político (aumento da participação política) e social (por meio de auto-expressão e promoção da mudança social) (Ver figura 2).

De acordo com a pesquisa, curiosamente, embora por uma margem minúscula, a única resposta onde uma porcentagem foi ligeiramente maior de homens do que mulheres foi daqueles que concordam que a mídia social permite maior equidade de gênero na participação política. O gráfico 2 representa as respostas dos entrevistados à pergunta: até que ponto você concorda com as seguintes afirmações a respeito das mulheres e mídia social? (Divisão regional por gênero)”.

**Figura 2: "Até que ponto você concorda com as seguintes afirmações a respeito das mulheres e mídia social?" (Divisão regional por gênero)**



Fonte: Arab Social Media Report. The role of Social Media in Arab Women's Empowerment. Vol. 1, nº3. Novembro de 2011.

Desta forma, o estudo concluiu que as redes sociais serviram como um equalizador de gênero para a participação política no período que compreendeu a Primavera Árabe. Todavia, ressalta que a participação das mulheres nas greves e

manifestações não garantirá por si só a igualdade de gênero em todas as áreas da política e sociedade.

Tankiwala (2014) ressalta que os levantes não foram baseados em questões de gênero, mas marcaram um ponto de inflexão para o papel das mulheres no espaço público, enquanto sua participação nas manifestações foi um marco na dinâmica de transformações que passou a ganhar força. Para o autor, ao desafiar as normas da sociedade patriarcal, o crescimento da visibilidade da mulher trouxe uma mudança de paradigmas nas discussões sobre a mulher no Oriente Médio. “A despeito do fato de que as revoluções não foram baseadas na liberdade de gênero, o protagonismo sobre o papel das mulheres no Oriente Médio e Norte da África foi intensificado”. É exatamente sobre isso que o capítulo seguinte se propõe a aprofundar.

### **CAPÍTULO 3: AS MULHERES NA PRIMAVERA ÁRABE: GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS, ESPAÇO E PODER.**

Elas mobilizaram-se, participaram, organizaram e apoiaram os protestos que sublinharam a Primavera Árabe. Independente das resultantes desses movimentos que, em maior ou menor extensão, abalaram os países do Oriente Médio e Norte da África, fato é que a participação – e por que não dizer o protagonismo – das mulheres atraiu a atenção de vários analistas e dos movimentos feministas. Neste terceiro capítulo, abordaremos o papel desempenhado por elas durante os levantes, com um olhar ampliado sobre o contexto em que estão inseridas nestas sociedades.

As manifestações na região tiveram grande cobertura midiática no Ocidente, mas um dos seus elementos cruciais foi negligenciado: o papel fundamental das mulheres nos protestos que varreram o mundo árabe. Apesar da cobertura inadequada, as mulheres estiveram frequentemente na linha de frente das manifestações.

Para começar, elas tiveram participação importante nos protestos tunisianos, que serviram de pontapé para a Primavera Árabe, marchando na Avenida Bourguiba, na capital Túnis, com seus maridos e filhos. Em seguida, uma garota jovem egípcia, através do Facebook, convocou a população para a primeira manifestação, que acabaria por ensejar a derrocada do governo Mubarak. No Iêmen, fileiras de mulheres de véu saíram às ruas nas cidades de Sanaa e Taiz com o objetivo de derrubar os autocratas do país, enquanto na Síria, enfrentando a polícia secreta armada, as mulheres bloquearam estradas na tentativa de libertar seus maridos e filhos da prisão (COLE e COLE, 2011).

Em um pequeno cômodo em Benghazi, alguns homens e mulheres jovens preparavam um novo jornal de oposição. “O papel feminino na Líbia”, dizia uma das manchetes. “Ela é a muçulmana, a mãe, a soldado, a manifestante, a jornalista, a voluntária, a cidadã”, adiciona. Este é o relato de uma reportagem do The Guardian em abril de 2011<sup>36</sup>. O periódico inglês faz um levantamento da participação feminina na Primavera e conclui que as mulheres foram peças-chave no desenrolar dos movimentos, “protestando, organizando as manifestações, blogando, vlogando, fazendo greves de fome”. Em toda parte, do Egito ao Iêmen, as mulheres estavam ativas, nas ruas e *online*, manifestando-se ao lado dos homens. A ativista-blogueira egípcia, Eman Hashim,

---

<sup>36</sup> The Guardian. Women have emerged as key players in the Arab Spring. 22 de abr. De 2011. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2011/apr/22/women-arab-spring> Acesso em 14 de abril de 2016

observou que as mulheres desempenharam um papel importante na promoção e sustentação do movimento: "Lembro-me de tudo. As mulheres mais velhas que vieram a nós com alimentos e bebidas na praça [Tahrir]... Quando se tornou tão sangrenta que se tornou muito difícil para as mulheres estarem na linha da frente, os homens sabiam que as mulheres estavam esperando a metros de distância, com remédios, água e palavras de apoio." Outra ativista lembrou: "Você pode ver as mulheres egípcias em todos os lugares, lado a lado com os homens em praças, em protestos, fornecendo o que precisam, como alimentos, bebidas e remédios". Essas mulheres não eram apenas notáveis por protestarem contra seus governos autoritários, mas também por deixar a segurança de suas casas e comunidades, a fim de terem suas vozes ouvidas na esfera pública (RETTA, 2013).

À medida que os protestos cresceram, as mulheres de diferentes gerações e circunstâncias socioeconômicas demonstraram-se ativistas altamente visíveis nos esforços anti-regime. Reunidos em torno dos mesmos slogans de "dignidade" e "basta", os homens e mulheres da Primavera Árabe pareciam agir de maneira uníssona, mesmo quando confrontados com a violenta repressão dos regimes autoritários. Ali, as gerações de tabus sociais arraigados sobre a mistura de homens e mulheres em locais públicos parecia ter sido temporariamente esquecida e os papéis de gênero suspensos (JOHANSSON-NOGUÉS, 2013, p. 394).

Sjorbeg e Whooley (2011, p.18) apontam que as mulheres da Primavera Árabe tiveram experiências das mais diversas. Um dando sustentação econômica e doméstica aos manifestantes, outras dando apoio logístico e de saúde para os ativistas, e outras participando ativamente nos levantes pelas mudanças de regime. "Essas ativistas eram manifestantes, mas elas também foram mártires, candidatas políticas e blogueiras a serviço da causa da mudança democrática".

Por ocasião do Dia da Mulher, em 8 de março de 2012, o Programa do Oriente Médio do Centro Internacional de Estudos Woodrow Wilson perguntou a várias mulheres da região do Oriente Médio e Norte da África quais as suas impressões sobre a participação das mulheres na Primavera Árabe, o que resultou no artigo "Reflections on women in The Arab Spring" (2012). De acordo com Haleh Esfandiari, diretor do Programa, as mulheres foram participantes ativas em protestos na Tunísia, Egito, Iêmen, Líbia, Bahrein e outros países. Durante os levantes, segundo Esfandiari, não havia segregação de gênero entre os manifestantes, mas homens e mulheres permaneceram lado a lado, marcharam juntos e protegeram uns aos outros das forças do governo,

unindo-se por reformas e mudança de regime. Uma vez que os regimes anciãos caíram, entretanto, as velhas barreiras da segregação emergiram novamente, e mulheres foram molestadas, torturadas e perseguidas em espaços públicos.

Rola Dashti, ex-parlamentar no Kuwait, foi uma das mulheres a participarem do ensaio. Ela aponta para realidade da mulher árabe, colocando em evidência sua participação nas manifestações e o papel futuro que elas terão para moldarem o período de transição necessário para se alcançar os objetivos da Primavera Árabe.

As mulheres não se distanciaram entre si durante a Primavera Árabe. Pelo contrário, eram parceiras e parte integral na luta, demandando mudanças e reformas para alcançar justiça social, dignidade humana, liberdade, e direitos civis e políticos. Eles desempenharam um papel proeminente nos levantes populares e lutaram corajosamente e ousadamente, suportando a amargura e crueldade e estavam fazendo tudo isso junto dos companheiros do sexo masculino no intuito de alcançar os objetivos nobre da Primavera Árabe. Mas, infelizmente, o despertar árabe foi uma primavera sem flores (...) Nos países que testemunharam a presença feminina durante o período dos levantes e na transição, não as enxergaram nos novos governos e parlamentos, especialmente quando comparado com seu papel durante as revoluções. (DASHTI, 2012, s/p., tradução nossa)<sup>37</sup>

A participação feminina nos levantes populares que caracterizaram a Primavera Árabe foi incontestável, todavia, há uma dissonância nos países árabes (e entre seus analistas) sobre as possíveis implicações desse movimento, o futuro dos movimentos feministas árabes e, em geral, aos ganhos esperados para as mulheres. De um lado, segundo Khamis (2011) estão os otimistas, que contam com a resiliência das mulheres árabes e sua determinação por mudança como meio eficiente de proteção contra possíveis retrocessos em relação aos direitos das mulheres. Composto em sua maioria pela nova geração, esse grupo busca esses direitos a partir da perspectiva mais ampla dos direitos humanos, sob a crença de que os direitos das mulheres serão alcançados se os direitos de todos os cidadãos árabes, independente de gênero, foram alcançados. Do outro lado, está o grupo dos menos otimistas, formado por uma geração mais velha, que prefere tratar os direitos das mulheres como uma questão que deve ser levantada separadamente das demandas por reformas políticas e democratização na região.

---

<sup>37</sup> Texto original: Arab women did not distant themselves during the Arab revolution. On the contrary, they were an integral part partner in the struggle, demanding change and reform to achieve social justice, human dignity, freedom, and civil and political rights. They played a prominent role in the popular uprisings and fought courageously and boldly, withstanding the bitterness and cruelty, and were in the same boar with their male counterparts in order to reach the noble goals of Arab Spring. But, unfortunately, the Arab awakening for her was a spring without flowers. (...) In countries that have witnessed an arab awakening, women's presence in transitional councils, new governments and parliaments is almost non-existent, especially when compared to the their role during the revolutions.

Sjorberg e Whooley (2011) adicionam que existem ainda os céticos em relação à emancipação de gênero pós-Primavera Árabe. Para eles, os movimentos podem representar ganhos limitados ou mesmo potenciais riscos para os status das mulheres antes dos levantes. Isso porque, além de grupos conservadores que estavam ganhando forças, também foram relatados casos de violência contra as mulheres oriundas não só das forças de repressão, como também dos próprios manifestantes.

É relevante sublinhar, ademais, que três países que estiveram no cerne dos movimentos da Primavera Árabe constam entre aqueles com os piores direitos femininos em escala global. Enquanto o Egito ocupa a pior posição (22º), Síria e Iêmen aparecem respectivamente em 19º e 18º lugares, com melhores resultados apenas em comparação à Arábia Saudita e ao Iraque. Líbia (9º) e Tunísia (6º) tiveram uma melhor avaliação na pesquisa, que levou em consideração questões como casamento infantil, leis relativas ao estupro e a educação entre as mulheres<sup>38</sup>. A região como um todo também ocupa os lugares mais baixos na escala global de equidade de gênero, especialmente no que se refere ao empoderamento político e participação econômica<sup>39</sup>.

### **3.1. Representação política e contra golpe masculino**

Apesar das reformas prometidas, países como o Marrocos, descumpriram suas promessas de representação igualitária das mulheres no corpo governamental. O gabinete do Marrocos pós-Primavera Árabe incluiu apenas uma mulher, enquanto antes dos protestos de 2011 havia 8. Além disso, as mudanças para as mulheres podem aparentar existirem no papel, mas a implantação das leis parece ser outra história. A Jordânia instituiu importantes reformas constitucionais, mas as políticas mais amplas que afetam as mulheres, quando efetivadas, têm sido feitas vagarosamente. Por exemplo, apesar das promessas do Comitê de Reformas Institucionais da Jordânia de adicionar Gênero como uma classe a ser protegida pela Constituição, o esboço a ser implementado negligenciou a inclusão dessa mudança. No Egito, o governo interino pós-Mubarak só tinha uma mulher como ministra, enquanto o Comitê Institucional Egípcio não tinha nenhuma. Na Líbia, a instituição de uma cota de 10% para as

---

<sup>38</sup> BERCITO, Diogo. Países da Primavera Árabe têm piores direitos para mulheres, diz pesquisa. Folha de São Paulo, 12 de Nov. de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1370168-paises-da-primavera-arabe-tem-piores-direitos-para-mulheres-diz-pesquisa.shtml> Acesso em 15 de abril de 2016

<sup>39</sup> World Economic Forum. The Global Gender Gap Report, 2011. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-2011/>. Acesso em 13 de abril de 2016

mulheres na Assembleia Nacional no início de 2011 foi revogada (SATTERFIELD, 2013).

A Tunísia foge a esta regra no quesito de participação política, ao passo em que é hoje o país árabe que tem proporcionalmente mais representantes mulheres em seu parlamento, com 68 de um total de 217<sup>40</sup>. Entretanto, Johansson-Nogués (2013) faz ressalvas em relação à realidade desse país, que tem um histórico de promoção dos direitos das mulheres na esfera pública. Segundo a autora, as mulheres tunisianas têm direitos legais mais avançados em relação a outros países árabes porque, desde a independência do país, elas são vistas como importantes instrumentos de uma estratégia de desenvolvimento econômico e modernização. Desse modo, as reformas dos direitos das mulheres tunisinas teriam surgido menos como consequência de um desejo genuíno de promover tais direitos, do que como uma estratégia para permitir que o regime permanecesse no poder. Bourguiba (o primeiro presidente do país), para Johansson-Nogués, depositou confiança na estabilidade do regime através do crescimento econômico e viu o trabalho feminino fora do lar como uma necessidade para cumprir esse objetivo. Já Ben Ali teria usado direitos das mulheres extensivamente para cooptar críticos do regime, bem como para manter os doadores estrangeiros e investidores satisfeitos. Neste sentido, o feminismo dirigido pelo Estado não permitia ativismo das mulheres independentes; em vez disso, as organizações de mulheres foram atraídas para as estruturas corporativistas do Estado. “A principal função das organizações [de direitos das mulheres] era ser uma ferramenta de relações públicas para retratar uma imagem do estado tunisiano e da sociedade civil como sendo amável para com os interesses das mulheres” (MURINE, 2011 *apud* JOHANSSON-NOGUÉS, 2013).

As mulheres no mundo árabe como um todo continuam a encarar inúmeros obstáculos para alcançarem a paridade em cargos legislativos elegíveis. Embora a participação política das mulheres nessa região ainda seja incipiente, Rama (2013) destaca sua participação em movimentos da sociedade civil organizada e associações de trabalhadores, onde exercem papéis de liderança e são maioria. De acordo com o relatório conjunto do International Institute For Democracy and Electoral Assistance – IDEA (uma organização intergovernamental que promove a democracia em todo o

---

<sup>40</sup> BAKER, James A. Five Years Later: Gender equity in the Law after the Arab Spring in Tunisia. Chron, Houston, 21 de mar. de 2016. Disponível em: <http://blog.chron.com/bakerblog/2016/03/five-years-later-gender-equity-in-the-law-after-the-arab-spring-in-tunisia/> Acesso em 20 de abril de 2016

mundo) e ANND (Rede de ONGs Árabe para o Desenvolvimento), as mulheres estão mais fortemente representadas na União das Enfermeiras, onde eles compõem 92% dos membros, seguido pela União das Profissões Sociais (55%), os sindicatos de professores (52%) e os sindicatos de trabalhadores (3,4%). Para a autora, é necessário expandir seu alcance na participação política e desencorajar a negligência das questões de direitos das mulheres pelos partidos políticos proeminentes.

Tendo conquistado pouco espaço nas instâncias de decisão em um primeiro momento pós-Primavera Árabe, as mulheres enfrentaram ainda uma série de retaliações enquanto o movimento ainda se desenrolava. Rama (2013) e Esfandiari (2012) ratificam a participação das mulheres junto aos homens durante os protestos da Primavera Árabe, sem que houvesse no primeiro momento segregação de gênero. Foi, contudo, no período de transição, especialmente no Egito, que ocorreu uma escalada da violência contra as mulheres, através, por exemplo, da realização de “testes de virgindade”. Rama ressalta:

O tribunal administrativo do Cairo fez testes ilegais após o caso amplamente divulgada, de Samira Ibrahim, uma mulher que foi testada e mantida em um centro de detenção militar. Depois da revolução, em 8 de março, as mulheres se reuniram novamente em Tahrir Square, à luz do dia internacional da mulher, mas foram atacados e perseguidos por um grupo de oposição masculino. Mesmo as mulheres tendo se envolvido na revolução, sofreram, ameaças contínuas de assédio e violência de ambos: os que apoiavam os levantes e dos grupos de oposição (RAMA, 2013, p. 35, tradução nossa).<sup>41</sup>

Enquanto isso, meninas refugiadas da Síria na Jordânia, Líbia, Turquia e Líbano têm se submetido à prostituição e estado sujeitas à pressão dos casamentos forçados com sírios e nacionais de outros países sob o pretexto de proteger a sua virtude a qualquer preço. A guerra civil no país também faz das mulheres armas de guerra, sujeitando-as a raptos e estupros por vários grupos de militantes (TANKIWALA, 2014).

Durante a repressão policial na revolta tunisiana, elas foram espancadas pelas forças de segurança, e na zona rural algumas foram estupradas ao término das manifestações. Dezenas de mulheres também foram detidas ou desapareceram. No Bahrein, médicas e enfermeiras foram detidas pelas autoridades.

---

<sup>41</sup> Texto original: The Cairo administrative court made such tests illegal after the heavily publicized case of Samira Ibrahim, a woman who was tested and kept at a military detention center. After the revolution, on March 8, women gathered again in Tahrir Square in light of International Women’s Day, but were attacked and harassed by a male counter-protest group. Though women were involved in the revolution and after, ongoing threats of harassment and violence from both supporters and opposition groups tempered their impact.

Para Johansson-Nogués (2013, p.399), uma das razões disso deve-se ao fato de que a participação em grande número das mulheres nas manifestações contra os regimes constituiu um testemunho inequívoco do esvaziamento das políticas e retóricas desses governos, que por tanto tempo se intitularam os grandes defensores das “mulheres virtuosas”. Diante da rebeldia delas, então, o Estado quis dissuadir as manifestantes, de modo que a falta de legitimidade dos seus governos não fosse desvendada. “Acionando o hipermasculino, o Estado optou por aquilo que considerou ser uma ferramenta altamente eficaz: a violência de gênero”.

Já na Líbia, envolvida em uma guerra, agressões a mulheres pelas forças de Gaddafi foram principalmente motivadas para humilhar o inimigo do sexo masculino e comprometer a sua honra masculina. Os soldados e milícias leais ao regime recebiam camisinhas e pílulas de viagra<sup>42</sup>. De acordo com Johansson-Nogués (2013), a violência sexual cometida desta forma torna-se um ato simbólico para degradar ainda mais a masculinidade do inimigo, na medida em que a vítima mulher é tratada mais como uma extensão do corpo do persona masculino do que como um indivíduo em seu próprio direito.

Desta forma, para Johansson-Nogués (2013), a insegurança das mulheres da Primavera Árabe continua a ser uma realidade presente, na medida em que, segundo a autora, revoluções democráticas constituem um momento de alto risco para os coletivos sociais mais vulneráveis, uma vez que estes podem tornar-se sujeitos de violência nova ou renovada e/ou (re) estruturada pelo Estado e/ou seus concidadãos. Neste sentido, as coletividades vulneráveis também correm risco devido às consequências do reordamento discursivo imposto pelas forças sociais dominantes, sobre seu gênero, espaço e função.

### **3.2. Perspectivas pós-Primavera Árabe para as mulheres**

Apesar de todas as dificuldades supramencionadas, Tankiwala (2014) acredita que, ao longo do tempo, as sociedades árabes encontrarão novas formas de acomodar novas expressões do Islã junto à democracia e o empoderamento das mulheres.

---

<sup>42</sup><http://www.dailymail.co.uk/news/article-2124491/Muammar-al-Gaddafi-raped-countless-women-years-power-Libya.html> Acesso em 25 de abril de 2016

Para o autor, embora a segmentação das mulheres árabes tenha se tornado muito comum na jornada rumo à democracia, elas têm se manifestado cada vez mais e não devem silenciar-se novamente.

É difícil convencer o prisioneiro que se rebelou e que quebrou suas/seus punhos para voltar a ficar em silêncio. Mulheres árabes viveram por tantos anos à margem, e isso não vai acontecer novamente. As mulheres estão realmente fortes por meio da ação coletiva, apoiando-se mutuamente e aqueles que ainda estão cegos pela falta de educação e constrangimentos sociais, tentarão empurrá-las para trás e levará tempo para se recuperarem (TANKIWALA, 2014, p. 7, tradução nossa).<sup>43</sup>

Retta (2013) acredita que os levantes árabes evidenciam a diminuição da desigualdade de gênero em termos de ativismo e protestos, mas o ambiente pós-revolução demonstra que barreiras significativas nas formas tradicionais de comportamento político ainda existem para as mulheres. As redes sociais desempenharam um papel importante para a participação delas ao proverem redes de conexão e estratégias de mobilização, mas as relevantes barreiras que ainda existem e a desigualdade de gênero na região não podem ser superadas pelas mídias sociais por si só. Neste sentido, a participação política das mulheres através de meios mais formais e institucionalizados, como as eleições para cargos públicos, continua incipiente na região. A instituição de cotas e outros mecanismos institucionais, segundo a autora, poderiam assegurar que as mulheres fossem representadas nos setores de decisão, que têm o poder de colocar os direitos das mulheres na agenda política. Todavia, esses mecanismos deveriam apenas ser temporários, uma prática de transição.

A mídia ocidental frequentemente preocupa-se com o poder ascendente de partidos políticos islamitas conservadores em países árabes “recém-democratizados” e com a ameaça que eles representam para os direitos das mulheres. Ao invés de simplesmente criticar as crenças e atitudes culturais das mulheres, a discussão sobre as mulheres nos espaços públicos deveria enfatizar a importância de desenvolver os esforços para melhorar a educação, oportunidades econômicas e segurança pública para todos os membros da sociedade. Transições políticas podem se prolongar e estender seu

---

<sup>43</sup> Texto original: It's difficult to persuade the prisoner who has rebelled and broke his/her cuffs to become silent. Arab women lived for so many years on the margin, and this will not happen again. Women stand really strong by means of collective action, supporting each other and those who are blinded by lack of education and social constraints, women will be pulled backwards and it will take them too long to recover.

fluxo para a sociedade, mas elas representam a oportunidade para reorganizar prioridades e focar no bem-estar de todos. (RETTA, 2013, p. 14)

Rama (2013) assevera que, para utilizar mecanismos institucionais para capacitar as mulheres, uma combinação de educação, meios de comunicação e políticas públicas deve ser utilizada. Para a autora, a educação sobre as oportunidades e os direitos das mulheres pode promover maiores noções de aceitação e remodelar noções de igualdade, no âmbito das culturas particulares. Ela ressalta que as mulheres no mundo árabe precisam ser reconhecidas por sua diversidade (demográfica e de pensamento) e vê as possibilidades para elas com otimismo.

As sociedades pós-Despertar Árabe devem entregar-se em resolver as questões a partir das qual as revoluções cresceram, além de criar soluções permanentes. Oportunidades para liderança e presença no domínio político em ambos os países existem, mas as mulheres devem se sentir estimuladas e capazes de aproveitá-las com a ajuda de seus governos e organizações nacionais (RAMA, 2013, p. 45, tradução nossa).<sup>44</sup>

A pergunta sobre se a Primavera Árabe foi “foi ou será boa para as mulheres” (como se esta fosse uma realidade monolítica) está longe de ser resolvida, segundo Sjoberg e Whooley (2011). A nível prático, no entanto, ainda que se fosse possível saber o que isto significa, o que a maioria dos movimentos e analistas feministas concordam é que é muito cedo para dizer como os direitos das mulheres serão tratados a longo prazo.

Então, Khamis (2011) sugere que seria razoável adotar um otimismo cauteloso, que leve em conta o contexto geral de rápidas mudanças na região, com todos os seus desafios e incertezas políticas, econômicas e sociais, e que considere as vitórias sem precedentes alcançadas no suporte aos direitos humanos e liberdade política.

O simples fato de as mulheres, em algumas das sociedades árabes mais conservadoras, como o Iêmen, e em menor grau o Bahrein, terem reunido um grande número de mulheres durante vários meses, sob condições de ameaça e perigo, já dá indícios de que uma nova era se inicia na história do feminismo na região. Isso não quer dizer que se os levantes populares nesses países fossem bem sucedidos, colocariam automaticamente um fim em todas as formas de discriminação, desigualdade e injustiça contra as mulheres. Mas

---

<sup>44</sup> Texto original: Post-Arab Awakening societies must deliver on resolving the issues from which the revolutions grew while also creating permanent solutions. Opportunities for leadership and a presence in the political domain in both countries exist, but women must feel encouraged and able to seize them with the help of their governments and domestic organizations.

significa que as mulheres árabes estão muito mais desejosas por lutar aberta e bravamente por seus direitos. (KHAMIS, 2011, p.694, tradução nossa).<sup>45</sup>

Assim, o autor acredita ser seguro afirmar que a Primavera Árabe feminista está bem encaminhada, ao passo em que as atividades políticas – bem sucedidas em muitos aspectos –, realizadas *online* e *offline* pelas mulheres árabes contribuíram para um novo capítulo no feminismo árabe e na região. E, assim como a história desses países não pode ser apagadas, não há retorno para as feministas árabes.

---

<sup>45</sup> Texto original: The mere fact that women in some of the most conservative Arab societies, such as Yemen, and to a lesser degree Bahrein, have rallied in large numbers for many months under threatening and dangerous conditions signals a new era in the history of feminism in the region. That is not to say that if the popular uprisings in these countries were to succeed, they would automatically put an end to all forms of discrimination, inequality, or injustice toward women. Rather, it means that Arab women today are much more willing to openly and bravely fight for their rights.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupados com os “grandes temas” das Relações Internacionais (RI), como paz, guerra e os atores Estatais (as *high politics*), os estudiosos da área de RI por muito tempo negligenciaram o papel de outros atores e processos na dinâmica da política internacional e da economia global. As questões de gênero, em especial, tardaram em aparecer no campo porque, por muito tempo, não era considerada relevante (ou mesmo existente) a relação entre o funcionamento da política e economia globais, e a posição e o papel da mulher na sociedade e seu posicionamento relativo aos homens.

As teorias feministas, entretanto, inauguraram esse debate, demonstrando o inverso: como as hierarquias de gênero construídas no interior dos Estados afetam o – e são afetados pelo – comportamento desses atores e das próprias relações internacionais, constituindo-se uma categoria de análise central para as RI.

Nos últimos 40 anos, cresceu a quantidade de estudos sobre como os processos internacionais não são neutros de gênero, bem como as relações de gênero não são separadas dos fatores internacionais. Apesar disso, durante a etapa de pesquisas bibliográficas, nos deparamos com um acervo limitado que levasse em conta os postulados dessa área de estudos para explicação dos fenômenos político-econômicos internacionais.

A Primavera Árabe, como observado neste trabalho, é um fenômeno recente, porém rico para a compreensão do evidente e complexo desafio das RI em abarcar os processos globais e Estatais sob a ótica das questões de gênero, ou seja, para além das categorias de análise tradicionais da área.

Por esta razão, a pesquisa se propôs no primeiro momento a debruçar-se sobre o feminismo nas Relações Internacionais. A participação das mulheres na organização e andamento dos movimentos da Primavera Árabe traz consigo um importante debate sobre como a hierarquia entre homens e mulheres naqueles países moldou historicamente o andamento das suas realidades sociais, políticas, econômicas, militares, ideológicas, etc. Portanto, as transformações ora em andamento do *status quo* desses países não podem ser bem compreendidas se não for lançado um olhar sob as “lentes do gênero”. Em outras palavras, afastando-se de uma visão estatocêntrica e aproximando-se de uma abordagem que leva em conta a ação dos grupos sociais que estruturam as hierarquias de poder no interior desses Estados. Especialmente, colocando

sobre os sujeitos marginalizados destas sociedades, dentre os quais estão as mulheres, a centralidade dessas discussões.

Ademais, a abordagem pós-colonial das teorias feministas das Relações Internacionais e os feminismos do/no Oriente Médio, sublinhadas também na primeira etapa deste trabalho, trazem contribuições que merecem destaque, na medida em que abordar a posição das mulheres nesta região “periférica” do mundo requer afastar-se do que MOHANTY (1984) denomina “colonização discursiva”, na qual reproduzem-se noções culturalmente imperialistas sobre a realidade dos países não-ocidentais e sobre o próprio feminismo na região, marcado pela pluralidade e heterogeneidade na luta pela emancipação da mulher, porém muitas vezes tratado como um grupo homogêneo e impotente, vítimas implícitas de sistemas sócio-econômicos particulares.

Neste diapasão, torna-se imprescindível ressaltar que, apesar de a pesquisa trazer uma abordagem abrangente, contextualizando o desenrolar da Primavera Árabe e os mecanismos de participação *online* e *offline* das mulheres, em um cenário que se repetiu em maior ou menor grau nos países palco das manifestações, o que se pretende levantar é o direito da mulher árabe e muçulmana de apropriar-se da modernidade sem ter que cumprir com uma agenda predefinida de emancipação, tida como universal. Assim, a partir da sua própria diversidade (social, cultural, religiosa, etc.), elas poderão descobrir maneiras únicas de lutarem pela equidade de gênero e pelas transformações sócio-políticas necessárias para que os seus direitos sejam atendidos, seja no espaço público ou privado.

Conforme explanado no segundo capítulo deste estudo, a Primavera Árabe não foi um movimento uníssono e homogêneo, mas diverso e multicausal. Tampouco foi alavancado por reivindicações de caráter exclusivamente feminista, porém ganhou força a partir de uma série de demandas sociais por liberdades políticas e, em geral, melhores condições de vida. Todavia, foi o ativismo das mulheres, ao desafiar padrões sociais e culturais, e as barreiras impostas a elas pelas hierarquias de gênero um dos grandes marcos da Primavera Árabe.

Imersas em sociedades patriarcalistas e conservadoras, as mulheres romperam com alguns dos estereótipos atribuídos a elas por uma visão ocidental, como o da mulher subserviente e vitimizada, para emergir como agentes de transformação, cuja mobilização foi fator decisivo para a derrocada de regimes que perduravam há décadas.

Neste sentido, o protagonismo das mulheres durante a Primavera Árabe revela um novo tempo para as mulheres daquela região, que vêm há décadas lutando por

conquistas sociais, políticas e econômicas. Desta vez, no entanto, extrapolando os limites da participação e assumindo a liderança dos movimentos.

Para alcançarem os objetivos da Primavera, as redes sociais tiveram importante papel para homens e mulheres. O ativismo *online* foi uma das marcas das manifestações, acentuando o que Martín Barbero chama de “mediação cultural”, na qual os *media*, que revelam o modo como trabalha a hegemonia e as resistências que mobilizam, são apenas um álibi dentro de um discurso que, em sua intencionalidade, é de natureza genuinamente política.

Assim, apesar de muitos veículos de comunicação, especialmente ocidentais, atribuírem às redes sociais um papel de centralidade no andamento da Primavera Árabe, faz-se imprescindível ressaltar que, conforme versa Castells (2013), essas redes constituíram um espaço de autonomia através das quais os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados distintos, mas não foram por si só responsáveis pelo abalo dos regimes. Portanto, ao mesmo tempo em que não foram apenas ferramentas, as redes sociais consolidaram-se como formas organizacionais e de expressão para a autonomia política.

Finalmente, ao discutir, no último capítulo deste trabalho, as formas de atuação das mulheres durante as mobilizações, constatou-se o importante papel que estas tiveram na insurgência e manutenção dos movimentos da Primavera Árabe, descortinando seus anseios e os da sociedade em que vivem. Como foi pontuado por Johanson-Nogués (2013), sua participação contribuiu sobremaneira para a derrocada dos regimes ao “deslegitimarem” o seu Estado “protetor”. O mesmo Estado que, ao ver seu poder desafiado, reagiu mediante usufruto desproporcional da violência. E a violência de gênero foi um instrumento recorrente.

Neste contexto, o futuro pós-Primavera Árabe é incerto, assim como sua própria nomenclatura. Muitos dos avanços esperados em relação aos direitos das mulheres não foram alcançados e, em alguns casos, até retrocederam. Embora ainda existam muitos desafios a serem transpostos, as mulheres no mundo árabe hoje reivindicam a autonomia da sua voz, do seu poder de escolha e domínio sobre seu corpo e espírito. A presença e atuação da mulher nos espaços públicos, nas instâncias de decisão e nos mais variados movimentos sociais é capaz de abalizar o rompimento – ou ao menos um choque - com a cultura do protagonismo masculino e com os discursos estabelecidos, construtores e reprodutores de um conjunto de significados, de uma visão de mundo socialmente construída, que historicamente tem excluído e estigmatizado as mulheres.

Esta batalha em prol da transformação, que afirma social e culturalmente o lugar da mulher, conta com duas linhas de frente: a luta para requerer a igualdade entre os gêneros e os seus próprios direitos enquanto sujeito, e a luta para assegurar o bem dos seus filhos e filhas, maridos, irmãos e da própria sociedade em que vive.

As Relações Internacionais não deveriam, portanto, silenciar-se e reproduzir relações de poder que impõem à mulher uma posição de invisibilidade. Aí reside a importância da agenda feminista no campo das RI, que é combater a análise do cenário mundial à revelia das mulheres e do seu posicionamento relativo aos homens, destacando a inexistência de uma ciência neutra, inclusive em questão de gênero. A Primavera Árabe e o protagonismo das mulheres exemplificam, assim, a necessidade de romper com as fronteiras tradicionais das RI, trazendo à mesa de debates ontologia e epistemologias próprias, que tragam novas reflexões, novos caminhos, evidenciem relações de poder mascaradas, questões não exploradas, inquietações não verbalizadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hanna. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARAB SOCIAL MEDIA REPORT. *The role of Social Media in Arab Women's Empowerment*. Vol. 1, nº3. Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.arabsocialmediareport.com/UserManagement/PDF/ASMR%20Report%203.pdf> . Acesso em: 10 de abril de 2016

ARREAZA, Catalina; TICKNER, Arlene B. **Postmodernismo, postcolonialismo y feminismo: manual para (in)expertos**. *Colombia Internacional*, núm. 54, janeiro-abril – 2002. Bogotá: Universidad de los Andes, p. 14-38.

BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, Aug. 2013 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000200018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 26 de abril de 2016

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “Pós-modernismo**. *Cadernos Pagu*. Vol. 11, 1998. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/viewFile/8634457/2381> . Acesso em: 12 de abril de 2016

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: 1ª Ed. Editora Zahar, 2013.

COLE, Juan. COLE, Shahin. **The Women's movement in the Middle East**. Disponível em: <http://www.tomdispatch.com/archive/175384/> Acesso em 05 de março de 2016.

DE GRACIA, A.. **Las rebeliones árabes sientan bases históricas**. *CIC Cuadernos de Información y Comunicación*, Norteamérica, 16, oct. 2011. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/view/36994/35803> . Acesso em 16 de maio de 2016

EL HAJJAMI, Aïcha. **A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade**. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 30, p. 107-120, June 2008 . Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332008000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 de maio de 2016

ENLOE, Cynthia H. **The curious feminist: Searching for women in a new age of empire**, University of California Press, 2004.

ESFANDIARI, Haleh. **Reflections on Women Arab Spring**. Middle East Program Woodrow Wilson International Center for Scholars. Disponível em: [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/International%20Women's%20Day%202012\\_4.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/International%20Women's%20Day%202012_4.pdf)

FERABOLLI, Silva. **Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe**. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012 Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/146/142> . Acesso em: 9 de março de 2016.

FOX NEWS. **Arab Spring**. Fox News, 2012. Disponível em: <http://www.foxnews.com/topics/world/arab-spring.htm>. Acesso em 9 de março de 2016.

FURTADO, Gabriela. AGUILAR, Sergio. Oriente Médio: Islamismo e Democracia. *Série Conflitos Internacionais*. V. 1, N. 3, Junho de 2014.

GARCÍA, Alba Orunbia. **El derecho de ser mujer y musulmana: feminismo islâmico**. *Revista Pueblos*. Disponível em: <http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article2001> Acesso em 20 de abril de 2016

GARCÍA, Luz Gomez. **Igualdad y género. La mujer árabe recompone su militância**. *VIENTO SUR*. Número 129/Septiembre 2013

GOMES, Chiara Araújo. **A Primavera Árabe e as lembranças de 1848**. Disponível em: <http://estudoshumanos.com/2011/05/30/a-primavera-arabe-e-as-lembrancas-de-1848/> . Acesso em 9 de março de 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** . 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 2ª Ed. , 2007.

HARDING, Sandra. Gender, Development, and Post Enlightenment Philosophies of Science. En NARAYAN Urna & HARDING, Sandra (eds.). *Decentering the Center. Philosophy for a Multicultural, Postcolonial, and Feminist World*. Bloomington: Indiana University Press, 2000, pp. 240-261.

JOHANSON-NOGUÉS, Elizabeth. Gendering the Arab Spring? **Rights and (In) Security of Tunisian, Egyptian and Lybian women**. *Security Dialogue*. Disponível

em:

[https://www.researchgate.net/publication/269602997\\_Gendering\\_the\\_Arab\\_Spring\\_Rights\\_and\\_insecurity\\_of\\_Tunisian\\_Egyptian\\_and\\_Libyan\\_women](https://www.researchgate.net/publication/269602997_Gendering_the_Arab_Spring_Rights_and_insecurity_of_Tunisian_Egyptian_and_Libyan_women) . Acesso em 30 de abril de 2016

KHAMIS, Sahar. **The Arab “Feminist” Spring?** *Feminist Studies*. Vol. 37, No. 3, FEMINIST HISTORIES AND INSTITUTIONAL PRACTICES (Fall 2011), p. 692-695

Lakhdar, L. (2012) Las mujeres frente a la ortodoxia islámica En J. Bueno Alonso (ed.) *Hacia una democracia laica. Voces de mujeres musulmanas*. Barcelona: Bellaterra

LAMRABET, Asma. **La problemática de la mujer musulmana dentro del diálogo de culturas**. Universidade de Liverpool. 2010.

LIMA, Cila. **Feminismo Islâmico: uma proposta em construção**. *Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais do Feminismo*. Setembro 2013

LIMA, Cila. **Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 675-686, Aug. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000200019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 de maio de 2016.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. **Mulheres e Muçulmanas**. *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Agosto 2010.

MOHANTY, Chandra. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. *Boundary 2*, Vol. 12, No. 3, On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism. (Spring - Autumn, 1984), pp. 333-358.

MONTE, Isadora Xavier do. **O debate e os debates: O debate e os debates: abordagens feministas para as abordagens feministas para as Relações Internacionais relações internacionais**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

MONTENEGRO, Carolina. **Sobre Jasmim, bombas e faraós: reportagens de uma viagem pela Primavera Árabe**. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Arabs are Democracy’s new pioneers. *The Guardian*. 24 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2011/feb/24/arabs-democracy-latin-america> . Acesso em 11 de abril de 2016

NEWSOM, Victoria A. e LENGEL, Lara. **Arab Women, Social Media, and the Arab Spring: Applying the framework of digital reflexivity to analyze gender and online activism**. *Journal of International Women's Studies*, Volume 13, nº 5, 2012. Disponível em: <http://vc.bridgew.edu/jiws/vol13/iss5/5> . Acesso em 20 de maio de 2016

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Campus, 2005. (p.230).

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **Tempos de mudança no mundo árabe**. *Política Externa*, Volume 20, Nº 1, p. 13-37 Jun/Jul/Ago 2011. Disponível em: [http://www.cebri.org/midia/documentos/patriota\\_e\\_ouro\\_preto\\_-\\_politica\\_externa\\_20-01.pdf](http://www.cebri.org/midia/documentos/patriota_e_ouro_preto_-_politica_externa_20-01.pdf) . Acesso em 11 de abril de 2016.

RADSCH, Courtney C. **Unveiling the revolutionaries: Cyberactivism and the role of women in the arab uprisings**. *James A. Baker III Institute for Public Policy*, Rice University, 2012. Disponível em: <http://bakerinstitute.org/files/635/> . Acesso em 12 de abril de 2016.

RAMA, Sevita. **Remembering their Role: Keeping Women Involved Post-Arab Awakening**. . *Journal of Women and Human Rights in the Middle East: A Change of Seasons for Arab Women?*Rice's University Bakers Institute. Volume 1, 2013. Págs. 20-30 . Disponível em: <https://bakerinstitute.org/media/files/Research/dfc28b28/WHR-Pub-StudentJournal-101613.pdf> .Acesso em 20 de abril de 2016

RAMADAN, Tariq. **Egypt: transition to democracy. The Arab Spring: Implications for British Policy**. *Conservative Middle East Council*, Outubro, 2011. Disponível em: <http://cmec.org.uk/wp-content/uploads/CMEC-Arab-Spring.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2016.

RETTA, Julia. **Consequences of the Arab Spring for Women's Political Participation**.*Journal of Women and Human Rights in the Middle East: A Change of Seasons for Arab Women?*Rice's University Bakers Institute. Volume 1, 2013. Págs. 31-48. Disponível em: <https://bakerinstitute.org/media/files/Research/dfc28b28/WHR-Pub-StudentJournal-101613.pdf> .Acesso em 20 de abril de 2016

ROGAN.**The Arab Spring: Implications for Brithish Policy**. *Conservative Middle East Council*, Out. 2011. Disponível em: <http://cmec.org.uk/wp-content/uploads/CMEC-Arab-Spring.pdf> . Acesso em 10 de abril de 2016

RODRIGUES, Carla. BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100012/7828>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SAADAWI, Nawal El. Preface. In: *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*. Trans. Sherif Hetata. London: Zed, 1980. P. 1-16.

SATTERFIELD, Rebeca. **An Unfulfilled Promise?The Role of Women in the Arab Awakening**.*Journal of Women and Human Rights in the Middle East: A Change of*

*Seasons for Arab Women?*Rice's University Bakers Institute. Volume 1, 2013. págs. 20-30. Disponível em: <https://bakerinstitute.org/media/files/Research/dfc28b28/WHR-Pub-StudentJournal-101613.pdf> . Acesso em 20 de abril de 2016

SJOBERG, Laura. WOOLEY, Jonathon. **The Arab Spring for Women? Gender, Representation and Middle East Politics in 2011**. Disponível em: <http://www.polisci.wisc.edu/Uploads/Documents/IRC/Sjoberg.pdf> . Acesso em: 25 de abr. de 2016.

TANKIWALA, Shabbir H. M. **Arab Spring women's nightmare**.2014. P. 1-12. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=JUbsBgAAQBAJ&pg=PT7&dq=women+in+arab+spring&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjMsp\\_w2vXLAhXCjpAKHc95DY8Q6AEIzAB#v=onepage&q=women%20in%20arab%20spring&f=false](https://books.google.com.br/books?id=JUbsBgAAQBAJ&pg=PT7&dq=women+in+arab+spring&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjMsp_w2vXLAhXCjpAKHc95DY8Q6AEIzAB#v=onepage&q=women%20in%20arab%20spring&f=false) . Acesso em: 12 de abril de 2016.

TV CULTURA. **Especial TV Cultura: Primavera árabe**. Direção de Maria Cristina Poli. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KOM-2JhmbnI>. Acesso em: 30 de mar 2016.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and International Relations**. Londres: Macmillan Press, 1994.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism in The Oxford Book of International Relations**.Oxford University Press, 2008.

WOODROW WILSON INTERNATIONAL CENTER FOR SCHOLARS, Middle East Program.*Reflections on Women in the Arab Spring: Women's Voices from Around the World*.HEIDEMAN, Kendra;Youssef, Mona (Eds.). 2012